

oikoumene



**GLOBALIZAÇÃO ALTERNATIVA
COMPROMETIDA COM A
HUMANIDADE E O PLANETA TERRA
(AGAPE)**

UM DOCUMENTO DE BASE

Equipe de Justiça, Paz e Criação, Conselho Mundial de Igrejas
Genebra 2005

ÍNDICE

Parte 1: O desafio ÁGAPE	
1.1	O processo Ágape p. 5
1.2	Por uma economia da vida..... 6
1.3	Chamado a que as igrejas se tornem comunidades transformadoras..... 6
Parte 2: Apelo por uma economia da vida - ÁGAPE	
2.1	Vida ameaçada..... 8
2.2	Crítica do paradigma do atual sistema 8
2.3	Ágape: o amor é justo e generoso como a graça de Deus 10
2.4	A importância fundamental da justiça transformadora..... 10
2.5	Compartilhar a vida na mesa de Deus: exemplo de uma economia ÁGAPE de vida 11
Parte 3: Comércio justo	
3.1	Do livre comércio para o comércio justo..... 12
3.2	Regras do comércio segundo a Organização Mundial do Comércio (OMC) 13
3.3	Da segurança alimentar para a soberania alimentar 13
3.4	Resistência e a transformação das regras e relações comerciais..... 14
Parte 4: Financiamento justo	
4.1	Financiamentos: da usura para o financiamento justo 16
4.2	Dívidas ecológicas e ilegítimas 17
4.3	Ágape implica cancelamento da dívida e restituição 18
4.4	A transformação do sistema financeiro global 18
4.5	Apoio para financiamento alternativo em níveis locais 19
4.6	Promover práticas éticas e códigos empresariais para investimentos 20
Parte 5: Ação transformadora e alternativas vivas	
5.1	Alternativas vivenciadas 21
5.2	Ecojustiça 22
5.3	Economia da solidariedade 23
Parte 6: Marcos ao longo da jornada ecumênica: textos, decisões e ações	
6.1	Marcos, textos, decisões e ações da jornada ecumênica 24
6.2	Marcos ao longo da jornada ecumênica: textos e decisões 25
6.3	O estudo do CMI/APRODEV sobre cristianismo, riqueza e pobreza: os resultados do 'Projeto 21', 2003..... 28
6.4	Ações 30
Conclusão 31	
Apêndice 32	

PREFÁCIO

**Que o direito corra como a água e a justiça
como um rio caudaloso!
Amós 5,24**

Nos anos que se passaram desde a última assembleia do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) em Harare, em 1998, a injustiça e a desigualdade tomaram formas novas e mais agressivas. Muito mais gente está morrendo de pobreza hoje do que em qualquer momento no passado. Níveis inaceitáveis de pobreza coexistem com pequenos focos de riqueza entre as nações e também no seio delas. A mãe Terra está gemendo por causa das numerosas maneiras em que continuamos a explorá-la. As igrejas, portanto, são chamadas a ler os sinais dos tempos e a responder ao imperativo do evangelho, que é justiça para todos. Podemos continuar em silencioso comodismo quando mais de três bilhões de pessoas do povo de Deus estão presas nas malhas da pobreza e da morte?

Com a finalidade de engajar as igrejas e a família ecumênica maior no confronto com essas realidades, este documento de fundo explora a questão de como as igrejas e a família ecumênica mais ampla podem reagir às tragédias humanas que têm sua raiz no projeto da globalização econômica. Tendo por título “Alternativa de Globalização Abordando o Planeta e a Ecumene (AGAPE)”, este documento foi redigido por um pequeno grupo de representantes de igrejas e organizações afins. O texto se baseia nos resultados de uma série de consultas junto às igrejas e estudos sobre

globalização organizados pelo CMI e por outras organizações ecumênicas no período transcorrido desde a assembleia do CMI em Harare em 1998.

Temos a esperança de que este processo venha a suscitar um chamado para a ação de AGAPE na próxima assembleia do CMI em Porto Alegre em 2006. As igrejas e a família ecumênica serão chamadas a dar um passo além da crítica da globalização neoliberal, para declarar como a graça de Deus pode *transformar* este paradigma. Será um chamado para uma visão ecumênica da vida, em relações justas e de amor, mediante a busca por alternativas para as estruturas econômicas atuais.

O objetivo deste documento é inspirar as igrejas e o movimento ecumênico mais amplo no sentido de continuar a enfrentar os problemas globais atuais de modo a reagirem resolutamente aos intoleráveis níveis de pobreza em nosso mundo.

Este documento está sendo enviado às igrejas-membro, comunhões mundiais, órgãos ecumênicos regionais, ministérios e agências especializadas, bem como a movimentos sociais, de modo a promover a reflexão ao se prepararem para a assembleia do CMI em 2006 e mais para a frente. O documento está estruturado como um manual de estudos para ser usado em seminários e grupos de discussão. Algumas perguntas são sugeridas ao final de cada sessão e em cada contexto específico, como base para discussão. Uma vez que focaliza alternativas, a sessão final deste texto

também pode servir de base para ações a serem empreendidas.

Uma reflexão teológica baseada no conceito de “*ágape*” – a graça e amor abundantes de Deus – sustenta todo o texto para ressaltar que se trata de um fundamento teológico e espiritual, e não ideológico, que desafia as igrejas para a ação. Isto é o que distingue o papel das igrejas e da família ecumênica daquele de outras organizações de desenvolvimento. Enquanto igrejas e família ecumênica agimos porque respondemos à missão de Deus de levar justiça e paz ao mundo.

Temos a esperança de que este documento venha a inspirar as igrejas e a família ecumênica no sentido de enfrentar as complexas questões referentes à injustiça econômica, que é o maior desafio da nossa época.

Gostaria de concluir com um caloroso agra-

decimento a todas as pessoas e organizações ecumênicas que participaram até aqui deste processo e contribuíram para os resultados que apresentamos. Foi extraordinária a jornada que o CMI empreendeu juntamente com numerosos e diferentes parceiros e amigos. Todos os envolvidos na elaboração deste documento merecem um agradecimento especial por seu trabalho dedicado e engajado.

Genebra, março de 2005

Queira enviar suas reações a:
AGAPE
Justice Peace and Creation Team
World Council of Churches
P.O. Box 2100
CH-1211 Geneva 2
Suíça
RRM@wcc-coe.org



PARTE

1

O desafio
ÁGAPE

Ele ama a retidão e a justiça; a terra está
cheia da benignidade do Senhor

(Sl 33,5)

1.1 O processo ÁGAPE

O desafio ÁGAPE é uma resposta à questão levantada na assembléia do Conselho Mundial de Igrejas em Harare, Zimbábue, em 1998: “Como viveremos nossa fé no contexto da globalização?”¹ Igrejas e a família ecumênica maior, o que inclui comunhões mundiais, organizações ecumênicas regionais e ministérios especializados, têm pelejado com esta questão ao longo dos últimos sete anos.

Numa série de consultas e estudos sobre globalização econômica², elas foram orientadas pela seção sobre globalização no Relatório da Assembléia de Harare que reconheceu os desafios pastorais, éticos, teológicos e espirituais que a globalização coloca para as igrejas e o movimento ecumênico. “A lógica da globalização precisa ser desafiada por uma forma de vida alternativa de comunidade em diversidade”³. Os delegados da assembléia reivindicaram uma visão da ecumene da fé e solidariedade que motive e energize o movimento ecumênico no sentido de superar o paradigma globalizado de dominação.

Seis anos depois a globalização neoliberal coloca um desafio ainda maior para as igrejas, para os povos e a Terra, sendo ainda mais urgente a necessidade de desenvolver alternativas. Na assembléia do CMI em Porto Alegre em 2006 espera-se que as igrejas e a família ecumênica dêem um passo além da crítica à globalização neoliberal para desenvolver uma visão de um mundo justo, compassivo e inclusivo, e para se comprometer com reações concretas embasadas em alternativas viáveis. O tema da assembléia de Porto Alegre, “Deus, em tua graça, transforma o mundo”, orientará adequadamente o chamado ÁGAPE para ação.

Tal visão pode tornar-se realidade somente quando a justiça econômica e ecológica for enfrentada de modo holístico, com participação democrática em todos os níveis. Esta visão não pode ser alcançada enquanto a superabundância material usufruída por uma pequena parte da comunidade global continuar crescendo na cara e muitas vezes às custas da abjeta pobreza da maioria dessa comunidade. Isto intensifica níveis inadmissíveis de iniquidade em nosso mundo. A insaciável sede de poder, ganhos e posses que motiva corporações, alguns indivíduos e grupos sociais, é insustentável e priva muitas comunidades da capacidade de suprir suas próprias necessidades em harmonia com o meio ambiente.

As Vozes das Mulheres sobre ÁGAPE resumiram essas lições ao nos dizer: “Não temos medo de dizer que vivemos numa época de império. Ao usarmos o termo ‘império’ referimo-nos à união de potências econômicas, culturais, políticas e militares que formam um sistema global de dominação dirigido por poderosas nações e organizações” a fim de proteger e defender seus próprios interesses. Mulheres do hemisfério sul e do leste da Europa reivindicaram que se acabe com estruturas, instituições e políticas injustas e com a “insegurança e frustração provocadas pelo modelo neoliberal, infligidas às mulheres do berço à sepultura”⁴.

Um grupo ecumênico de 38 pessoas se reuniu em Genebra, Suíça, entre 22 e 24 de junho de 2004 para preparar um documento inicial sobre “Alternativa de Globalização Abordando o Planeta e a Ecumene” (ÁGAPE), preparando a próxima assembléia do CMI (2006) em Porto Alegre. Trata-se de um documento das igrejas para as igrejas. Ele esboça novos desafios e possibilidades para reflexão e engajamento com base no tema da assembléia de 2006: “Deus, em tua graça, transforma o mundo”.



1) Desde o começo deste processo o CMI fez uma clara distinção entre globalização enquanto processo histórico multifacetado e a forma atual de um funesto projeto econômico e político de capitalismo global. Esta forma de globalização se baseia numa ideologia que os grupos e movimentos envolvidos no Fórum Social Mundial chamaram de “neoliberalismo” (cf. parte 3.2 deste documento). Esta distinção entre as duas noções de globalização foi introduzida pelos Seminários Copenhague para o Progresso Social, cf. Jacques Baudot (ed.), Building a World Community. Globalization and the Common Good [A Construção de uma Comunidade Mundial], Royal Danish Ministry of Foreign Affairs: Copenhagen 2000, p. 44s.

2) Desde o processo de Harare até a assembléia atual [Porto Alegre], vide Apêndice.

3) Diane Kessler (ed.), Together on the way. Official report of the eighth assembly of the World Council of Churches [Juntos a caminho. Relatório oficial da 8ª assembléia do Conselho Mundial de Igrejas], Geneva: WCC, 1999, p. 258; v. tb. Richard Dickinson, Economic globalization: deepening challenge for Christians [Globalização econômica: desafio crescente para os cristãos], Geneva: WCC, 1998

4) Formulação extraída da mensagem da consulta “A Voz das Mulheres sobre Globalização Comprometida com a Humanidade e o Planeta Terra” (Women’s Voices on Alternative Globalization Addressing People and Earth, WV-AGAPE), Antipolo City, as Filipinas, agosto de 2004.

1.2 Por uma economia da vida

Em 2003 existiam 7,7 milhões de pessoas que possuíam 1 milhão de dólares ou mais. A soma da sua riqueza alcançava 28,9 trilhões de dólares, ou quase três vezes o PIB dos Estados Unidos naquele mesmo ano. Enquanto isso, 840 milhões de pessoas em todo o mundo estavam subnutridas, e 1,5 bilhões, a maioria das quais são mulheres, crianças e Povos Indígenas, tinham para o seu sustento menos que um dólar por dia. Os 20% mais ricos do mundo consomem 86% dos bens e serviços globais. A renda anual dos 1% mais ricos equivale à dos 57% mais pobres, e pelo menos 24 mil pessoas morrem todos os dias de pobreza e desnutrição. Problemas ambientais como aquecimento global, esgotamento de recursos naturais e perda da biodiversidade representam ameaças cada vez maiores. Perderemos, por exemplo, entre 30 e 70% da biodiversidade do mundo num período de 20 a 30 anos. Há guerras em muitas partes do mundo, e a militarização e violência entraram em nossa existência cotidiana. Crises financeiras se tornaram mais frequentes e intensas. Por toda a parte se vê o desemprego ameaçando o sustento das pessoas. Em suma: a vida humana e a Terra estão sob grave ameaça.

Muitos chamam de *neoliberalismo* a ideologia subjacente que promove e busca legitimar esta concentração de multifacetadas estruturas de poder.⁵ Essa ideologia se manifesta no *capitalismo neoliberal* e na *globalização neoliberal*.⁶ Nesta perspectiva, o neoliberalismo cobre com um manto ideológico o projeto da globalização econômica que expande o poder e a dominação por meio de uma rede interligada de instituições internacionais, políticas nacionais, práticas empresariais e de investimento bem como de comportamento individual. Em essência, o neoliberalismo transforma seres humanos em mercadorias e reduz o papel dos governos nacionais ao de assegurar o desenvolvimento social harmonioso e sustentável. Ele dá extrema importância ao capital privado e aos chamados “mercados desimpedidos” para a destinação de recursos e promoção do crescimento.

Centrado no capital, o neoliberalismo transforma a tudo e a todos em mercadorias que estão à venda por um preço. Tendo transformado a concorrência no *ethos* dominante, ele joga indivíduo contra indivíduo, empresa contra empresa, raça contra raça e país contra país. Sua preocupação com a riqueza material acima da dignidade humana desumaniza o ser humano e sacrifica a vida pela ganância. Trata-se de uma economia da morte.

Confrontados com essa concentração maciça de poder econômico, político, militar e ideológico, somos encorajados a não perder as esperanças. Não devemos desistir da luta por uma economia da vida. Este é o desafio que Deus nos coloca. Nossa fidelidade para com Deus e para com a gratuita dádiva de Deus que é a vida nos obriga a fazer face a concepções

idólatras, sistemas injustos, à política de dominação e exploração na atual ordem econômica do mundo. Economia e justiça econômica sempre são questões de fé quando atingem o âmago da vontade de Deus para a Criação.

Uma economia da vida nos alerta para as principais características da economia de Deus para a vida:

- A prodigalidade da economia graciosa de Deus (*oikonomia tou theou*) proporciona e mantém abundância para todos;
- A economia graciosa de Deus exige que administremos a abundância da vida de forma justa, participativa e sustentável;
- A economia de Deus é uma economia da vida que promove a partilha, a solidariedade globalizada, a dignidade das pessoas, o amor e cuidado pela integridade da Criação;
- A economia de Deus é uma economia para toda a ecumene – toda a comunidade da Terra;
 - A justiça de Deus e sua opção preferencial pelos pobres são marcas da economia de Deus.⁷

3.3 Chamado a que as igrejas se tornem comunidades transformadoras

Paulo descreve o sistema global do seu tempo (o Império Romano) como marcado pela “idolatria e injustiça” (Romanos 1,18). Todas as pessoas e povos estão presas nessa prisão da ganância (Romanos 1,24ss) sob o poder do pecado que conduz à morte e à decadência de toda a Criação. Mesmo se quisessem sair, não conseguiriam (Romanos 7,14ss). Entretanto, a graça de Deus cria uma nova humanidade a partir de todos os povos (Romanos 5,18), pelo Espírito de Cristo (Romanos 8). Toda a Criação geme ansiando por entrar nessa liberdade (Romanos 8,19). Os poderes e governantes de nenhum império conseguem separar do *ágape* de Deus essas comunidades no espírito (Romanos 8,31-39).

Nós, igrejas e crentes, somos chamados a encarar a realidade do mundo desde a perspectiva das pessoas, particularmente das pessoas oprimidas e excluídas.

Somos chamados a ser comunidades não-conformistas e transformadoras. Somos chamados a nos deixar transformar mediante a libertação das nossas mentes da postura imperial dominadora, conquistadora e egoísta, assim praticando a vontade de Deus (de acordo com a Torá), a qual é cumprida em amor (*ágape*, em grego) e solidariedade (Romanos 13,10, 1 João 3,10-24). Comunidades transformadoras são transformadas pela graça amorosa de Deus. Elas praticam uma economia de solidariedade e compartilhamento.

As boas novas de Paulo são que, cara a cara com os principados e poderes de hoje, um outro mundo é possível. As

5) Confira a seção 2.2 para a explicação sobre as origens da teoria do neoliberalismo.

6) A escola econômica do monetarismo obteve grande influência política nos Estados Unidos e no Reino Unido durante a era Reagan e Thatcher. O mantra dos seus proponentes é que o Estado se retire da regulamentação econômica, é a liberalização, privatização e desregulamentação. Na reunião do G7 em 1982 em Cancún (México) adotou-se esta abordagem, a qual começou a conformar as economias nacionais e suas trocas. Ao ser introduzida no discurso das instituições financeiras internacionais, ela também foi denominada “Consenso de Washington”.

7) Quatro dessas cinco características refletem os “Critérios para a elaboração de políticas econômicas” apresentados no documento de estudos do CMI sobre “Fé cristã e economia mundial hoje” (Christian faith and the world economy today, Geneva: WCC, 1992, p. 29 ss). Este documento foi importante passo para a compreensão de que assuntos econômicos efetivamente são assuntos da fé.

tradições cristãs, em conjunto com a sabedoria de outras religiões e culturas, podem contribuir para esta visão da vida em relações justas implementadas pelo Espírito de Deus, além de poderem proporcionar visões inspiradoras para alternativas.

Na qualidade de igrejas somos chamados a criar espaços para a transformação e nos tornar agentes de transformação, mesmo se estivermos enredados e mancomunados com o próprio sistema a cuja mudança somos chamados.

Presenciamos a violação maciça da dignidade humana e da integridade da Criação. Estamos confrontados com o sofrimento, a descomunal disparidade econômica e social, pobreza abjeta e destruição da vida resultantes do modelo neoliberal de globalização econômica. Como igrejas precisamos aceitar e assumir a vocação de desafiar o pensamento dos tempos atuais, de sermos transformados nós próprios pela graça de Deus e de, com ousadia, desenvolver estratégias visionárias de longo prazo. Trata-se de uma tarefa pastoral e espiritual de as igrejas enfrentarem a falsa espiritualidade da conformidade e de encorajar fiéis cristãos e comunidades de fé a abraçar uma espiritualidade de vida e transformação enraizada na graça amorosa de Deus. É desta forma que *ágape*, o amor a Deus e ao próximo, é traduzida em vida social e econômica.

Somos chamados a estar juntos com o povo que sofre e com a Criação que geme, em solidariedade com aqueles e aquelas que estão construindo comunidades alternativas de vida. O lugar das igrejas é onde Deus está atuando, Cristo está sofrendo e o Espírito está cuidando da vida e resistindo aos principados e poderes destrutivos. As igrejas que se mantiverem distantes desse lugar concreto do Deus Triúno não podem afirmar que são igrejas fiéis.

No contexto da globalização neoliberal, as igrejas são chamadas a assumir um compromisso explícito e público em palavras de fé e atos. Formas nas quais as igrejas podem expressar sua fidelidade são:

- Optando por um discipulado muito custoso, estando preparadas para se tornar mártires ao seguir a Jesus;
- Assumindo um posicionamento de fé quando os poderes da injustiça e da destruição questionarem a própria integridade do evangelho; professando sua fé dizendo um "NÃO!" muito claro aos poderes e principados;
- Participando na comunhão (*koinonia*) do Deus Triúno pela plenitude da vida;
- Compartilhando o sofrimento e a dor das pessoas e da Terra na companhia do Espírito, que está gemendo com toda a Criação (Romanos 8,22-23);
- Pactuando em favor da justiça na vida conjunta com os povos e outras criaturas de Deus; e
- Solidarizando-se com as pessoas sofredoras e com a Terra e resistindo aos poderes da injustiça e destruição.

Na qualidade de fiel povo de Deus, as igrejas em conjunto se tornam um movimento que abraça as espiritualidades da vida em favor de toda a comunidade da Terra. Isto implica dar testemunho do Espírito dinâmico e criador de Deus no universo.

Em cada momento histórico a fidelidade para com esse

chamado exige auto-exame crítico. Onde formos cúmplices de sistemas de dominação e injustiça, precisamos arrependernos. Os ministérios da pregação do evangelho e da celebração dos sacramentos podem ficar comprometidos quando as igrejas estiverem mancomunadas com injustiças sistêmicas e a exploração da vida. Neste sentido o papel das igrejas face à globalização neoliberal não é exclusivamente uma questão de ministério profético e justiça social a serviço da vida. Na verdade, a tarefa atinge o âmago da vocação evangélica das próprias igrejas: de intermediar o chamado de Deus ao arrependimento do pecado e da morte e de abraçar o reino de Deus e sua justiça e vida para todos.

As igrejas são desafiadas a se juntar à luta por justiça mediante resistência contra poderes injustos e destruidores e trabalhando em prol da construção de uma sociedade *ÁGAPE* que atravesse crenças religiosas, culturas e movimentos sociais, seja na luta local, regional, continental ou global.

A fidelidade exige que enfrentemos nosso medo e procuremos ser libertados do nosso cativeiro. As igrejas precisam ser comunidades de esperança, oferecendo novas visões de vida, tirando as pessoas do desespero e invocando o poder do Espírito. Tornemo-nos, pela graça de Deus, a fiel comunhão dos santos, que anuncia o evangelho do amor e da justiça, e o jubileu para toda a Terra.

Por toda a Terra existem pessoas que não se deixaram prender pelo neoliberalismo; pessoas que estão encontrando novas maneiras de sobreviver às crises que a globalização neoliberal tem provocado; pessoas que exerceram o direito, dado por Deus, de dizer "não" e que retomaram o controle sobre a sua vida. Essa diversidade de economias florescentes contrasta nitidamente com o padrão uniforme da globalização baseada no mercado.

Uma economia baseada na cooperação, reciprocidade e solidariedade é **uma economia da vida** na medida em que:

- supera divisões sociais;
- reúne pessoas e recursos para o bem de cada pessoa e cada comunidade na sociedade;
- exige solidariedade com responsabilidade, reconhecendo nossa interconexão com outros e com toda a Criação;
- liga o que foi dividido e une o que foi separado;
- se fia em que as pessoas assumam a responsabilidade de, e se tornem capacitadas a, gerenciar seu próprio sustento individual e comunitário, desenhem sua própria história e desenvolvam seus próprios atributos e potenciais;
- substitui o capital pelo trabalho, conhecimento e criatividade das pessoas como forças propulsoras da atividade econômica;
- adota direitos individuais e sociais como referencial para o planejamento e a implementação do desenvolvimento;
- permite que indivíduos, comunidades e nações cooperem na construção de uma globalização baseada na solidariedade.

Uma economia da vida não é um fim em si mesmo, mas um meio que permite a cura e o desenvolvimento das pessoas, da sociedade e da Terra. Tal economia traduz *ágape* para a prática.

2

Apelo por uma economia ÁGAPE da vida

PARTE

O ladrão vem só para roubar, matar e destruir. Eu vim para que tenham vida e a tenham em abundância.

(João 10,10)

2.1 Vida ameaçada

A economia divina da vida está ameaçada de várias maneiras. Vivemos numa época de perigosos paradoxos. O paradigma econômico neoliberal do “livre mercado global” acumulou, de uma forma nunca vista, mais riqueza material do que jamais se viu nas mãos de uma pequena minoria. Os próprios processo de criação da riqueza deram origem a maciças desigualdades bem como a tendências altamente desestabilizadoras. A vida dos pobres está sendo sacrificada em favor dos ganhos dos ricos.

Hoje em dia 1,5 bilhões de cidadãos e cidadãs do nosso planeta, a maioria dos quais são mulheres, crianças e Povos Indígenas, têm para o seu sustento menos que um dólar por dia. Os 20% mais ricos do mundo consomem 86% dos bens e serviços globais. A renda anual dos 1% mais ricos equivale à dos 57% mais pobres, e pelo menos 24 mil pessoas morrem todos os dias de pobreza e desnutrição. Problemas ambientais como aquecimento global, esgotamento de recursos naturais e perda da biodiversidade representam ameaças cada vez maiores. Perderemos, por exemplo, entre 30 e 70% da biodiversidade do mundo dentro de 20 a 30 anos. Há guerras em muitas partes do mundo, e a militarização e violência entraram em nossa existência cotidiana. Crises financeiras se tornaram mais frequentes e intensas. Por toda a parte se vê o desemprego ameaçando o sustento das pessoas.

Atualmente em quase todos os países do mundo o dinheiro e padrões monetários ocupam um lugar central, particularmente no sentido de que crescimento econômico é identificado com acumulação de capital. Mercados financeiros e empresas transnacionais sistematicamente saqueiam a Terra para obter ganhos a curto prazo. A crença de que o crescimento econômico empresarial baseado no mercado pode sustentar o desenvolvimento é ilusória. A realidade sempre volta a contradizer essa crença ingênua. A pressão no sentido de manter a credibili-

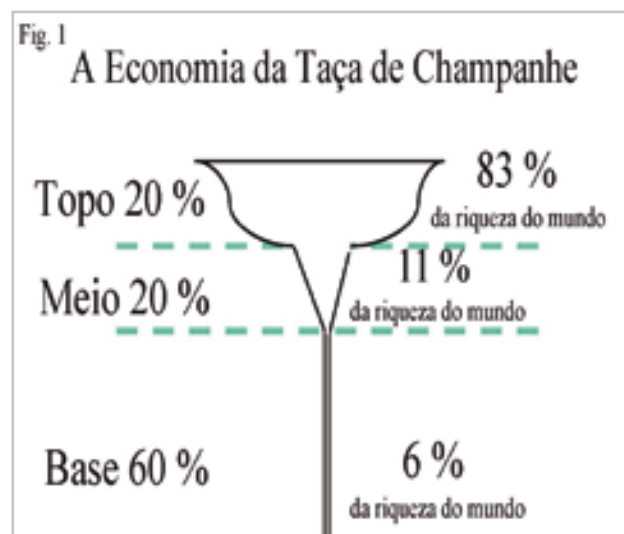
de e a competitividade no mercado global prejudicam a vontade política dos governos de criar e implementar uma política social nacional forte. O colapso das redes de seguridade social, cortes de despesas para saúde e educação, e a falta de proteção do ecossistema refletem o fato de que os governos perderam o controle sobre suas finanças, orçamentos e políticas.

2.2 Crítica do paradigma do atual sistema

Cada era econômica tem uma ideologia que procura legitimar as políticas e práticas que beneficiam os interesses dominantes da época. Essas ideologias aparecem e desaparecem, na medida em que sua maneira de encarar a vida econômica e social é contestada e finalmente substituída por uma nova ortodoxia. Como outras antes delas, cada nova ideologia econômica precisa ser vigorosamente testada segundo os padrões da justiça de Deus e segundo o impacto real do sistema sobre a vida dos pobres e sobre o bem estar da comunidade terrena. Se ela não passar nesse teste, precisa ser rejeitada.

A ideologia subjacente que promove e procura legitimar a concentração de multifacetadas estruturas de poder foi rotulada de “neoliberalismo”. Este se manifesta no “capitalismo neoliberal” e na “globalização neoliberal”⁸. Muitos acreditam que o neoliberalismo serve de manto ideológico para um projeto de globalização econômica que expande o poder e a dominação por meio de uma rede interligada de instituições internacionais, políticas nacionais, práticas corporativas e de investimento bem como comportamento individual.

Em essência, o neoliberalismo quer tirar dos governos nacionais o poder de proteger bens e serviços públicos. Ele dá, portanto, a maior importância ao capital privado e aos assim chamados mercados desimpedidos no intuito de alocar recursos com eficiência e promover o crescimento. Assim sendo, ele cancela a função do Estado de promover o bem-estar social.



8) Há boas razões para se ressaltar que continuam valendo os elementos básicos da ideologia neoliberal como ela se desenvolveu na situação que se seguiu à Segunda Guerra Mundial como reação contrária ao socialismo e ao Keynesianismo. Vide por exemplo R. Crockett, *Thinking the unthinkable: think-tanks and the economic counter-revolution* [Pensando o impensável: grupos de pensadores e a contra-revolução econômica] 1931 – 1983, Harper-Collins, London 1994; B. Walpen, *Die offenen Feinde und ihre Gesellschaft. Eine hegemonietheoretische Studie zur Mont Pèlerin Society* [Os inimigos declarados e sua sociedade. Estudo da teoria da hegemonia, referente à Sociedade Mont Pèlerin], VSA-Verlag, Hamburg, 2004.

A fachada científica do neoliberalismo conquistou muitas instituições, governos e o meio acadêmico em todo o mundo. O neoliberalismo pressupõe:

- ✓ que somente quem tem propriedade ou quem pode participar de contratos tem direito de participar da economia e da sociedade. Entretanto as dádivas de Deus estão destinadas ao uso de todos os viventes, não só dos poucos que acumulam riqueza;⁹
- ✓ um mundo no qual os indivíduos e as corporações empresariais são motivadas pelo interesse próprio e no qual a sociedade não passa de um conjunto desses indivíduos que buscam seu próprio interesse; acontece, porém, que as relações econômicas sempre estão embutidas nas realidades sociais, culturais e políticas das pessoas;
- ✓ que tudo e a mão-de-obra de todo mundo pode ser objeto de propriedade e comercialização por um preço no mercado. Entretanto a Criação, na qual se inclui a humanidade, tem uma essência espiritual, valor e sentido intrínsecos dados por Deus, que não podem ser transformados em mercadorias;
- ✓ que o crescimento econômico por meio de mercados “livres” é de suma importância; o neoliberalismo alega que somente por meio desse modelo econômico se pode eliminar a pobreza, garantir desenvolvimento sustentável, alcançar a equiparação dos gêneros e finalmente alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU; entretanto a experiência concreta das pessoas mostra que o crescimento econômico impelido pelo mercado é inequitativo, insustentável e irreconciliável com justiça econômica e com uma economia que proporcione cuidado;
- ✓ que mercados de trabalho desregulados são essenciais para a criação de novos empregos e oportunidades para os trabalhadores numa economia global competitiva; entretanto a divisão internacional do trabalho premia visivelmente uma elite de proprietários, levando à ruína a maioria da população do mundo em função da dessindicalização, do desemprego estrutural, da exploração em zonas de livre comércio e em formas contemporâneas de escravidão;
- ✓ que o crescimento econômico exige um processo dinâmico de “destruição criativa”: “permite-se” que atividades ineficientes morram enquanto que empreendimentos bem sucedidos emergem, aproveitando novas tecnologias; entretanto existe um esquema óbvio de contínua reestruturação designado a manter e promover os lucros das empresas globais mediante sacrifício de pessoas e da Terra. A “destruição criativa” na verdade promove a sobrevivência dos mais aptos e a não-sobrevivência dos fracos, contradizendo a visão bíblica do cuidado e do amor pelos pobres e vulneráveis;
- ✓ que os traumas econômicos, pessoais e sociais causados pelos programas de “ajuste estrutural” se justificam como dor de curto prazo necessária para o ganho de longo prazo. A suposição é de que a riqueza recém-criada aos poucos chegue aos pobres; entretanto a experiência em todo o mundo é de que “ajuste estrutural” redistribui riqueza e



© Philip Greenspun

poder dos pobres para os ricos, agravando a desigualdade estrutural. A defesa dessa insustentável realidade chega a ser uma “teologia econômica do sacrifício humano”;

- ✓ que os mercados sempre são mais eficientes que o Estado. O neoliberalismo presume que “bom governo” existe onde os governos liberam os mercados e restringem seu soberano direito de determinar suas próprias políticas, ou seja, promovem privatizações, dolarização e a implementação de acordos de “livre comércio”; quando não se consegue cumprir essas políticas, quando elas falham, uma vez implementadas, deixando de produzir os benefícios prometidos, atribui-se esse fracasso ao “mau governo”, e não ao próprio modelo neoliberal; entretanto a compreensão mais fundamental de democracia, justiça e auto-determinação sublinha que a única forma de garantir genuíno bom governo é pela regulação do capital e dos mercados para atender as necessidades das pessoas, definidas pelas próprias pessoas;
- ✓ que mercados livres, livre comércio, auto-regulação e a concorrência liberarão a “mão invisível” do mercado para o benefício de todos. Entretanto não há nenhuma força divina que oriente os mercados; sugerir que os mercados teriam esse poder salvador chega a ser uma idolatria. De qualquer forma, mercados “livres” não são livres.; o mito do capitalismo de mercado “desimpedido”, “não-regulado”, “não-controlado” precisa ser contestado de frente. A realidade é que os mercados e o capital são altamente controlados para garantir o máximo de benefícios para os donos do capital. A liberalização “libera” o capital e os mercados de obrigações sociais, sendo por isso imoral e irresponsável por definição. Essa “liberdade” é conseguida mediante a atuação dos países que dominam as instituições internacionais do FMI, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio (OMC);
- ✓ que a integração na economia global beneficiará em

9) Cf. U. Duchrow/F.J. Hinkelammert, Property for People, Not for Profit: Alternatives to the Global Tyranny of Capital [Propriedade para a gente, não para o lucro: Alternativas para a tirania global do capital], WCC, Geneva 2004. Ali, na p. 69, confira a reveladora citação de Friedrich v. Hayek, um dos mentores da ideologia neoliberal: “Uma sociedade livre precisa de uma moralidade que em última análise se reduza à manutenção da vida – não manutenção de toda a vida, uma vez que poderia ser necessário sacrificar vida individual a fim de salvar um número maior de vidas. Esta é a razão pela qual as únicas regras da moralidade são aquelas que levam ao ‘cálculo da vida’: propriedade e contratos”.

última análise a cada país e empoderará a cada indivíduo, ainda que alguns tenham ganhos maiores que outros. Entretanto o legado do neoliberalismo é o aprofundamento da desigualdade de riqueza e poder entre as nações e no seio das nações. À medida em que aumentam a instabilidade, o ressentimento, resistência e rejeição, a economia global faz lembrar períodos anteriores do colonialismo, que dependia, para sua proteção, de níveis cada vez maiores de repressão e militarização. Em outras palavras, à medida que os mercados se tornam globais, o mesmo se dá com os mecanismos que os protegem. Nos últimos anos temos presenciado a dramática convergência da globalização econômica com a hegemonia política e militar de uma rede de poder imperial.

Muita gente se sente perplexa e impotente face ao maciço abuso de poder econômico e político mal-distribuído e pelo uso arrogante da força militar. Jesus fala do mamon [dinheiro ou riquezas] e do império quando tais poderes forçam as pessoas e a natureza a se conformar ao espírito e lógica deles, e quando a vida é sacrificada para a manutenção deles. Experimentamos esta realidade de variadas maneiras em diferentes lugares e situações sociais, sempre que poderes destinados a servir à vida degeneram em estruturas de pecado e morte.

Em sua mensagem “Sirva a Deus, não ao mamon”, participantes de uma consulta sobre globalização em Budapeste em junho de 2001 enfocaram exatamente essas estruturas de pecado e morte e conclamaram as igrejas a tomar uma posição decidida contra o mamon, argumentando da seguinte forma:

“Ao desafiar a globalização econômica a igreja é confrontada com as palavras de Jesus ‘Não se pode servir a Deus e ao mamon’ (Mt 6,24). Será que as igrejas terão a coragem de se comprometer com os ‘valores’ de um estilo de vida voltado para o lucro como uma questão de fé, ou será que elas se retirarão para a esfera ‘privada’? Esta é a questão que nossas igrejas precisam responder ... se não quiserem perder a sua própria alma!”

“A mensagem do evangelho assim como nossas tradições nos ensinam que não devemos nem ser coniventes com os poderes dominantes neste mundo, nem fugir das nossas responsabilidades em expressões particulares de fé. [...] Urgimos às igrejas que levantem sua voz profética para que haja mudanças em benefício de cada indivíduo em todas as partes do mundo. Nossa missão é transformar a vida ao nosso redor e responder às necessidades de todos os seres humanos, especialmente daqueles que estão sofrendo, são oprimidos e marginalizados. Ao fazê-lo, estaremos proclamando a Cristo.”¹⁰

Assim sendo, nossa fidelidade para com Deus e para com a gratuita dádiva de Deus que é a vida nos obriga a enfrentar suposições idólatras, sistemas injustos, políticas de exploração e dominação em nossa atual ordem econômica mundial. A economia e a justiça econômica sempre são questões de fé na medida em que atingem o âmago da vontade de Deus para a Criação.

Para continuar a reflexão:

- Você consegue identificar estruturas opressivas que impactam o seu contexto?
- que precisa mudar se o critério decisivo é a situação dos pobres e a vida em relações justas uns com os outros e com a Criação?
- Como poderá o amor a Deus e o amor ao próximo permeiar as atividades econômicas em nível individual, nas comunidades locais e nas estruturas e instituições nacionais e internacionais?

2.3 Ágape: o amor é justo e generoso como a graça de Deus

Somos encorajados a não perder nossas esperanças e não desistir de confrontar a realidade ao nosso redor com nossa visão de uma economia da vida. O sagrado presente da vida que é dádiva da graça de Deus, não nos será tirado. Ao invés, ela é a própria base e poder para criar e viver alternativas contra as forças da morte e da destruição. Ela deriva seu poder do *ágape*, do amor do Deus triúno que permeia toda a Criação.

Este foco sobre *ágape* salienta que a Terra e toda a vida têm suas origens em Deus e pertencem a Deus. Elas não são propriedades da humanidade, de modo que pudessem ser transformadas em *commodities* (Lv 25,23; Sl 24,1). A Criação não pertence aos seres humanos, mas os seres humanos pertencem à Criação, e a Criação é de Deus. Relações de *ágape* refletem que toda a vida tem sua raiz comum na graça gratuita de Deus e no amor vivificador de Deus. Graça é o poder que Deus tem de sustentar e renovar a Criação e de nos reconduzir da morte para a vida. A discriminação, exclusão e distribuição desigual da riqueza e do poder negam os valores da comunidade de *ágape* e violam o mandamento de amar a Deus e ao próximo.

As relações de *ágape* afetam todas as dimensões da vida. Vida implica dispor de alimento, vestimenta, abrigo, educação, trabalho e saúde. Inclui inserção social, relações, funções e cuidados sociais. Isto implica ter consciência de si, realização própria, experienciar e celebrar comunidade e a participação na dádiva. Plenitude de vida, a vida abundante oferecida por Jesus, abrange tudo isto. Ao mesmo tempo *ágape* realça o valor da resistência e a busca por alternativas sempre e onde quer que vida, a qual tem um sentido, seja reduzida a crescimento econômico e lucro às custas das necessidades da comunidade terrena e de sua relação com Deus. O mundo é um ícone de Deus. Cada clamor da Terra e do seu povo a sofrer desafia as igrejas a buscar a transfiguração que Deus, em amor, realiza na humanidade e na Criação.

2.4 A importância fundamental da justiça transformadora

Cada forma de poder está sujeita à tentação de se fazer absoluta, sem ter que prestar contas aos afetados e negando as

¹⁰ Para entender mamon e império no evangelho vide Warren Carter, Matthew: Mammon and Empire. Initial Explorations [Mamon e Império. Investigações Iniciais], Harrisburg, PA: Trinity Press International, 2001.

múltiplas relações que constituem a rede da vida e que precisam ser respeitadas e reconhecidas.¹¹

A tradição bíblica inclui certas salvaguardas destinadas a evitar e corrigir o acúmulo de poder injusto bem como o abuso e uso indevido da Criação. Uma das leis coibidoras é a proibição de cobrar juros. Certas leis corretivas tratam especificamente de três aspectos do sábado e do jubileu, referentes ao repouso periódico:

- ✓ o sábado como dia de descanso;
- ✓ o ano sabático; e
- ✓ o ano de jubileu.

Jesus apresenta sua própria missão como justiça de jubileu ao ler o rolo da escritura de Isaías em Cafarnaum (Lucas 4). A tradição do jubileu prevê o acesso a recursos em prol de relações justas com outras pessoas, com os animais e com a Terra. A justiça demanda uma transformação profunda das relações no seio da sociedade e com a Terra.

Segundo esta concepção, justiça, a qual ela própria é dádiva da graça de Deus, é “justiça transformadora”, expressão esta cunhada no trabalho do CMI pela superação do racismo. Justiça transformadora enfatiza a tarefa construtiva de edificar comunidades justas, participativas e sustentáveis onde quer que seres humanos se vejam obrigados a suportar as conseqüências da desigualdade e da exclusão do sistema econômico e político. Injustiça é a exclusão sistemática de pessoas das decisões que afetam suas comunidades. Trata-se da destruição da sua capacidade de se auto-sustentar, auto-organizar e autogovernar para satisfazer suas próprias necessidades e as da Terra. Justiça somente existe quando há distribuição equitativa dos bens sociais, conforme se reflete na legislação do jubileu. Ela também prestigia a afirmação do jubileu de que a Terra tem seus próprios requisitos para sua própria regeneração. Entretanto no âmago da justiça transformadora enquanto atuação humana estão o reconhecimento e a participação. Isto implica comunidades e sociedades que:

- ✓ sejam genuinamente inclusivas e participativas (justiça política, social e cultural);
- ✓ estejam prontas a corrigir a má distribuição de poder e a superar o descompasso entre os ricos e poderosos por um lado e os pobres por outro, seja no mesmo país, seja entre países diferentes (justiça econômica);
- ✓ aceitem a dependência que a humanidade tem em relação à Terra e apóiem formas sustentáveis de se organizar e desenvolver bem como de compartilhar as riquezas naturais (justiça ecológica).

O ponto focal desta forma de justiça, então, é o claro privilégio da participação, do reconhecimento mútuo e da atuação de cada membro de uma comunidade, assim como a crítica de todas as formas de concentração de poder nas mãos de poucos. O fruto da justiça transformadora é dignidade humana e paz.

2.5 Compartilhar a vida na mesa de Deus: exemplo de uma economia AGAPE de vida

Pode-se vislumbrar justiça transformadora na refeição que Jesus teve com pecadores, a qual a igreja dos primeiros tempos veio a praticar como eucaristia. Ela celebrava a eucaristia inserida numa refeição de *ágape*, em antecipação ao banquete escatológico, que é a celebração final da vida em sua plenitude. Em Atos 2,42ss e 4,32-35 a comunidade cristã dos primeiros tempos é retratada como uma comunidade sustentada por uma relação recíproca e com Deus, a qual nutria o amor e a vida, uma comunidade que compartilhava o necessário para a vida, trocando histórias de empoderamento e esperança.

Como a refeição do Pessach (páscoa judaica), a refeição do *ágape* é uma refeição transformadora. Ela rememora a “memória subversiva” de um Deus libertador e propõe uma forma diferente de estar em comunidade. Como a refeição do Pessach, a refeição do *ágape* assinala uma transformação de uma economia ameaçadora da vida, centrada no Faraó, isto é, no poder, para uma economia de Deus que sustenta a vida e afirma a vida. O povo foi resgatado da escravidão porque Deus ouviu seu clamor por justiça e vida. As histórias de banquetes nos evangelhos refletem claramente esse espírito da opção preferencial de Deus pelos pobres.

Refeições em conjunto nutrem uma cultura de amor, responsabilidade e esperança. Vejamos uma observação de uma senhora idosa, da África do Sul: “Quando a gente come junto, sabemos que pertencemos uns aos outros. E quando batemos um papo, proporcionamos vida e dignidade uns aos outros, sabemos que somos responsáveis uns pelos outros. A igreja chama esse compartilhar de *ágape*, e estão certos. É *thanda*, amor, e para dizê-lo com todas as letras: não há alternativas à morte”. (Sibongile Xumalo, Johannesburgo, outubro de 2002).

Uma refeição igualmente cria um elo dos seus participantes com a comunidade maior de todos e todas que trabalharam para produzir o alimento, e até mais além, com toda a Criação e com seu poder de conceder a vida e sustentar a vida. A refeição de *ágape* nos desafia a permanecermos unidos em testemunho, liturgia, serviço e comunhão (ou usando seus termos gregos: *martyria*, *leitourgia*, *diakonia* e *koinonia*). Ela congrega culto, reflexão e ação como ponte entre a liturgia do culto e a liturgia da vida cotidiana.

A comunidade de *ágape* está em perigo em sua própria essência e existência quando o *ágape* é entendido apenas em termos espirituais ou apenas em termos profanos como convívio em mútua simpatia. O amor a Deus e o amor ao próximo estão intimamente interligados. São as vidas e as relações que estão em jogo quando se negligencia ou ignora o caráter amoroso e compartilhador do *ágape*.

Para continuar a reflexão:

- Como poderão o amor de Deus e o amor ao próximo permear as atividades econômicas, seja individualmente, seja em nossa comunidade ou nas estruturas e instituições nacionais e internacionais?
- Como é que a graça amorosa de Deus empodera a nós e à nossa missão na vida econômica e política visando justiça social e ambiental?

11) A busca por alternativas procura restaurar a função original do poder, que é a afirmação da vida, poder este deve prestar contas ao Criador.

3

PARTE

Comércio justo

Ai dos que decretam leis injustas e dos escrivães que escrevem perversidades, para prejudicarem os pobres em juízo, e para arrebatarem o direito dos aflitos do meu povo, e para despojarem as viúvas, e para roubarem os órfãos!

(Isaías 10,1-2)

3.1 Do livre comércio para o comércio justo

O comércio trata de relações e troca de bens e serviços. *Ágape* demanda reciprocidade, respeito e solidariedade em relações justas. Justiça nas relações comerciais é um princípio bíblico. Amós, fazendo eco a outros profetas, deplora aqueles que “praticam a fraude com balanças” e que “compram os pobres a troco de prata e os necessitados por um par de sandálias” (Amós 8,5s). A justiça em favor dos pobres continua sendo a pedra de toque de qualquer sistema. A eliminação da desigualdade precisa aplicar-se a todos os níveis do comércio.

O sistema de comércio atual resultou em desigualdade e injustiça globais. O crescimento econômico ilimitado e o acúmulo de riqueza são os dois pilares do paradigma dominante que impelem o chamado “livre comércio”. O sistema de comércio atual simplesmente tenta regular os mercados em benefício dos donos do capital e, assim, é inerentemente injusto. Ele viola os valores evangélicos de amor ao próximo, participação e compartilhamento justo, tanto em termos do seu referencial institucional quanto dos valores que orientam seu funcionamento.

A comunidade cristã é chamada para um padrão até mais radical ainda de compartilhamento e solidariedade, e a rejeitar a ótica segundo a qual tudo tem valor de troca. *Ágape*, à semelhança da eucaristia, constitui um símbolo e sinal de relações em amor, baseadas na autodoação e na partilha do pão entre todos. Uma “Economia *ágape* de solidariedade e compartilhamento” é aquela nas quais as relações econômicas derivam de dádivas gratuitamente concedidas por Deus e compartilhadas sem reservas. Este é o cerne de uma espiritualidade de transformação, da promoção de relações justas no consumo, na produção e no comércio.

Por isso o comércio precisa ser configurado de modo a atender a objetivos-fim – produção, troca e consumo éticos, sustentáveis e equitativos de bens e serviços para satisfazer as necessidades de toda humanidade e da Terra. Sob esta perspectiva o comércio internacional é apenas um aspecto do comércio; outros aspectos e níveis do comércio mais significativos para os povos oprimidos e explorados do mundo precisam ser reconhecidos e ser privilegiados.

O comércio solidário é um passo importante no reconhecimento de desigualdades comerciais, mas a justiça exige muito mais. Preferimos falar de comércio justo que seja motivado por um sentido de solidariedade e cuidado pela Terra. Isto inclui, mas certamente vai mais além de um sentido de compaixão. Comércio justo baseado na troca de bens e serviços em níveis local, nacional e internacional e que complementa outras atividades econômicas que mantêm a vida, oferece uma abordagem mais profícua para empoderamento e justiça econômicas. O comércio justo pode modificar substancialmente a vida das pessoas.

Para que isso ocorra, os valores e estruturas fundamentais do mercado internacional precisam mudar. A simples reforma da organização institucional do mercado sem enfrentar problemas sistêmicos não basta. O poder da espiritualidade e ética da vida para todos, conforme são propostas pelas igrejas, proporciona a base para enfrentar o poder incrustado em relações comerciais injustas e na riqueza acumulada.

3.2 Regras do comércio segundo a Organização Mundial do Comércio

É preciso pôr um freio no alcance cada vez maior das regras do comércio “livre”. Comércio costumava significar a troca comercial de bens nas fronteiras nacionais. A Organização Mundial do Comércio (OMC) foi criada em 1995 com o mandato de garantir e expandir o alcance das regras do livre comércio. Desde então as regras comerciais têm sido ampliadas no sentido de abranger trocas que envolvam qualquer atividade que se possa imaginar comerciável, inclusive saúde, educação, água e patentes sobre formas de vida. A alegação de que regras internacionais sobre serviços, investimentos e propriedade intelectual tratam do “comércio” é uma farsa cínica. Esses acordos, sejam eles multilaterais, regionais ou bilaterais, procuram garantir que as corporações transnacionais tenham o direito de acesso e controle sobre os serviços sociais, financeiros, de transporte, comunicações, energia e cultura, e também do conhecimento, do mundo inteiro, mesmo às custas dos mais empobrecidos países.

A OMC alega ser uma organização baseada em regras. Entretanto:

- ✓ suas regras refletem o predomínio das principais potências;
- ✓ um após outro, deixaram de ser cumpridos os prazos que constam na chamada Agenda de “Desenvolvimento” de Doha¹², que visava tratar dos problemas do hemisfério sul;

12) A quarta reunião de ministros da OMC, em Doha (Qatar) 2001, acordou em dar maior ênfase a questões de desenvolvimento.

✓ de forma igualmente sistemática, as principais potências escolhem se cumprem ou ignoram os resultados da OMC, conforme sirva ou não aos seus interesses econômicos e políticos domésticos.

No seio da OMC, os governos do hemisfério sul que a integram:

- ✓ vêm resistindo a medidas visando expandir o alcance das regras “comerciais” para áreas como investimento e concorrência;
- ✓ têm exigido o direito de reestudar regras cujas implicações devastadoras somente agora estão ficando claras;
- ✓ correm o risco de solapar sua própria resistência se os mesmos objetivos forem assegurados por meio de acordos bilaterais e regionais de investimento.

Acordos de livre comércio se baseiam em políticas de privatização, desregulação e liberalização que são esteios fundamentais de programas neoliberais de ajuste estrutural. A concorrência agora permeia o mundo inteiro. Escolas e universidades competem por alunos, cultura e esportes, os consumidores rivalizam entre si num consumismo desenfreado, e estados competem entre si na atração de investimento e capital. Por toda a parte, em quase todas as esferas, a cooperação está sendo substituída pela concorrência, a esfera estatal está sendo encolhida e transferida para o controle privado, muitas vezes monopolístico e de corporações transnacionais. Problemas são abordados superficialmente a pretexto de falta de recursos. Isto não enfrenta as causas primárias dos problemas e se encaixa bem com os “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” das Nações Unidas (ODMs). Promessas de reduzir a pobreza pela metade e proporcionar educação universal, promover a equiparação de gêneros, prover acesso a água potável e combater o HIV/AIDS até 2015 soam vazias quando se pretende que elas sejam alcançadas por meio dos mecanismos comerciais de mercado que justamente criam os desequilíbrios em pauta.

A maior insensatez da parcialidade da OMC em favor das principais potências e empresas corporativas transnacionais está nos monopólios sobre medicamentos que salvam vidas, monopólios estes que ela garante às companhias farmacêuticas. A tão apregoadada interpretação do acordo da OMC sobre Direitos de Propriedade Intelectual Ligados ao Comércio (TRIPS) referente à saúde e a remédios – a qual campanhas globais forçaram a União Européia e os Estados Unidos a aceitar, e que sofreu a oposição dos governos do Brasil, África do Sul e Índia – alega permitir aos países mais pobres do mundo a importação de medicamentos genéricos. Infelizmente este arranjo é tão complexo que nenhum governo conseguiu cumprir seus termos.

O tratamento que a OMC dá a países que querem entrar nesse acordo tira todo o sentido da sua pretensão de ser uma organização justa e baseada em regras. As regras somente existem em favor dos países poderosos. Como todos precisam concordar, cada país tem um poder de veto efetivo sobre a inclusão de um novo país. Em outras palavras, eles podem exigir termos não-razoáveis. Vanuatu, por exemplo, foi pressionado a assumir uma lista tão dispendiosa de serviços, onde se incluem educação, saúde, meio-ambiente etc, que consi-



derou o preço demasiadamente elevado para ir em frente, e somente se associará caso possa renegociar o pacote.

3.3 Da segurança alimentar para a soberania alimentar

Não é difícil mostrar a estreita conexão entre segurança alimentar e soberania alimentar. Nenhum país pode garantir a sobrevivência dos seus habitantes sem ter o controle sobre os meios de produzir o alimento consumido dentro de suas fronteiras.

No foco do debate em torno do comércio está o direito fundamental de soberania sobre o sistema alimentar de modo a garantir alimentação adequada para todos. Embora o mundo gere anualmente quinhentos bilhões de dólares em exportações agrícolas, oito milhões de pessoas morrem todos os anos de fome e de doenças ligadas à fome. Outros 840 milhões de pessoas, inclusive produtores rurais e lavradores que produzem alimento, sofrem de escassez alimentar. A conversão de terras para a produção de grãos comerciais não-tradicionais para a exportação aumenta a dependência dos países mais pobres em relação ao alimento importado. Isto fomenta a hegemonia de conglomerados como a Cargill, Continental, ConAgra e Tyson no abastecimento alimentar do mundo, enquanto que gigantes agroquímicos como Monsanto, Syngenta, Bayer e Dupont exigem que produtores rurais sob contrato usem sementes transgênicas de alta produtividade (GNOs). Enquanto isso, companhias como as francesas Vivendi e Suez Lyonnais, as americanas US Bechtel e Coca-Cola, bem como

a alemã RWE estão se movimentando para controlar o outro elemento essencial para o ciclo da vida que é a água. Essa expansão do controle é apresentada como sendo normal e inevitável. Desde uma perspectiva do comércio justo, ela não é normal nem inevitável, e precisa ser barrada.

As agências internacionais pressionam constantemente os produtores rurais nos países mais pobres no sentido de que convertam sua produção local para *cash crops* (culturas meramente comerciais) para a exportação. Os países do norte impõem barreiras comerciais para proteger seus próprios mercados agrícolas contra a concorrência, ao mesmo tempo em que, com sua sobra de produção altamente subsidiada, praticam *dumping* sobre os mercados do hemisfério sul. Em consequência, o sustento dos povos nesses países é destruído, solapando-se a soberania alimentar. A utilização de ajuda em alimentos como outra forma de *dumping*, especialmente para grãos transgênicos, aprofunda esses efeitos. Pior ainda, isto confronta os governos com a dramática escolha entre aceitar transgênicos, com os correspondentes riscos para a integridade dos seus biosistemas, ou deixar seu povo passando fome.

Nós acreditamos que a economia de Deus, que é de solidariedade e justiça, para o manejo da Criação inclui a promessa de que os povos da Terra tenham o direito de produzir seu próprio alimento e controlar os recursos necessários para o seu sustento, onde se inclui a biodiversidade. Por isso é o direito e a responsabilidade dos governos apoiar o meio de vida dos pequenos agricultores no hemisfério sul e no norte. É seu direito rejeitar as exigências de agronegócios que procuram controlar cada aspecto do ciclo da vida. Tal abordagem



exige respeito pelas relações espirituais indígenas com o solo e com as riquezas da mãe-Terra.

São as comunidades mesmas que devem determinar suas próprias soluções para a ocupação da terra e a manutenção da vida.

A tradição bíblica dos profetas e do sábado/jubileu prioriza o uso da terra para o bem-estar dos pobres, das viúvas, dos órfãos e dos desconhecidos. As regras comerciais e as instituições responsáveis por sua implementação são justas se servirem antes de mais nada aos oprimidos e marginalizados. Esta é a exigência bíblica de justiça (Amós 5,11-15).

3.4 Resistência e a transformação das regras e relações comerciais

Hoje a constatação positiva que se pode fazer é que as próprias pessoas, muitas vezes cooperando com seus governos, estão ousando dizer “Chega!”. Camponeses, trabalhadores e movimentos sociais, juntamente com sindicatos e outras organizações da sociedade civil, estão se mobilizando em níveis local, nacional e internacional. Sua pressão tem fortalecido a postura resoluta de governos do hemisfério sul, ajudando-lhes a desmascarar a política do mais forte que impele o comércio internacional.

Em nome da justiça social, da auto-determinação, democracia e do direito à vida, as pessoas têm levantado suas vozes contra o sistema injusto de comércio. Movimentos camponeses, por exemplo, formados em lutas locais, agora estão interligados internacionalmente por meio de redes como a Via Campesina, com 60 milhões de produtores rurais filiados em 46 países. Em Cancun 2003, num fórum que reuniu Indígenas e produtores rurais por três dias, organizado pela Via Campesina, discutiu as negociações sobre o comércio que ocorrem em nível ministerial; ali os produtores rurais compartilharam conhecimento e estratégias referentes a problemas comuns ligados à propriedade da terra, acesso ao alimento, biodiversidade, água, o impacto da exploração comercial das florestas, da pesca e do turismo, e a exploração de trabalhadores rurais. É significativo que sua mensagem de unidade e internacionalismo se expressou por uma rica diversidade de culturas e identidades.

Esses movimentos de resistência têm freado a expansão de acordos e regras comerciais opressivas e injustas. Entretanto eles ainda estão longe de substituir as regras atuais do comércio por um regime que confere primazia aos princípios éticos e de sobrevivência que caracterizam um comércio justo. As potências principais desencadearam uma onda com potencial devastador de acordos bilaterais e regionais que perpetuam o mesmo modelo de dominação econômica, uma vez que essas regras precisam ser compatíveis com a OMC, inclusive medidas que são “OMC plus”, de consequências muito mais amplas do que a própria OMC. O poder de negociação fica ainda mais desigual, e a dependência de ajuda e comércio tem obrigado governos a assumir compromissos que poderiam destruir suas economias e aprofundar sua dependência. Em alguns casos os Estados Unidos chegou a submeter o acesso às concessões comerciais à condição de que o país se adapte à sua política externa e a seus interesses de segurança.

Acordos regionais como Área de Livre Comércio das Américas (FTAA/ALCA) e os Acordos de Parceria Econômica Regional entre a União Européia e a África, o Caribe e o Pacífico apresentam o mesmo desequilíbrio de poder que beneficia empresas transnacionais em detrimento do investimento de capital nacional e dos mercados domésticos. Uma consulta organizada em conjunto pelo CMI e pelo Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI) em Buenos Aires no ano de 2003 juntamente com outros parceiros, deplorou a ALCA por encarnar um modelo de concorrência entre parceiros desiguais que inevitavelmente acarretará a submissão ou eliminação dos mais fracos. Mais uma vez movimentos de resistência por toda a América têm recorrido à democracia popular de modo a fazer ouvir as vozes do povo de formas criativas por meio de referendos populares, mobilização do hemisfério e a formulação das regras comerciais com base na justiça social e autodeterminação.

Uma alternativa potencialmente eficiente são acordos regionais e sub-regionais que fortaleçam a capacidade dos países pobres e vulneráveis de promover e proteger seus próprios interesses. Entretanto estes precisam basear-se em modelos de comércio justo, e não em modelos do assim chamado “livre comércio” que a atual camisa-de-força da compatibilidade com a OMC exige. Eles também precisam incorporar o princípio da proporcionalidade, que protege os pobres e fracos em trocas entre parceiros desiguais.

A resistência é importante, porém não basta. Novas visões são necessárias para apoiar novas regras, articuladas pela gente mesma e reforçadas por desafios éticos formulados pelos movimentos sociais e igrejas, para que possa haver mudança genuína.

Os seguintes princípios de acordos comerciais justos podem servir de indicadores para um paradigma alternativo de comércio. Acordos comerciais precisam:

- ✓basear-se em princípios fundamentais da economia da vida: solidariedade, redistribuição, sustentabilidade, segurança e autodeterminação;
- ✓proteger e promover os interesses dos países pequenos, mais fracos e vulneráveis;
- ✓proporcionar desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza, conforme o próprio povo o definir;
- ✓dar primazia ao direito das pessoas ao alimento, à água e às necessidades da vida e proteger a capacidade dos pequenos agricultores de sobreviverem e progredirem;
- ✓subordinar-se ao direito internacional e a acordos internacionais que garantam direitos humanos universalmente reconhecidos, como direitos civis, políticos, econômicos, sociais, religiosos e culturais, equidade de gêneros, direitos do trabalho, direitos do trabalhador itinerante e direitos dos Povos Indígenas;
- ✓reconhecer os direitos inalienáveis dos Povos Indígenas a seus territórios, recursos e conhecimento tradicional;
- ✓fortalecer o respeito pela Criação com padrões ecológicos



que resguardem os interesses de gerações futuras e a sobrevivência da Terra;

- ✓respeitar o direito e a responsabilidade dos governos de garantir o bem-estar de todos os integrantes da sociedade, a participação democrática e o funcionamento dos serviços públicos;
- ✓contribuir para a paz mundial mediante a garantia de distribuição equitativa de recursos e mediante a proibição de governos poderosos de usarem o comércio como arma para promover seus interesses econômicos, militares e políticos;
- ✓garantir maior responsabilidade social das empresas, por meio de regulação governamental baseada nas obrigações sociais da propriedade privada;
- ✓ser iniciados, concluídos, implementados e monitorados por meio de processos transparentes que garantam a participação plena, informada e em tempo hábil das pessoas cuja vida será afetada;
- ✓respeitar os direitos de soberania de os povos escolherem entre uma diversidade de trajetórias de desenvolvimento, inclusive com o direito de se retirar desses acordos ou renegociá-los.

Para continuar a reflexão:

Como poderiam o *Ágape* e a justiça transformadora, tornar-se uma norma nos relações comerciais em todos os níveis?

4

Financiamentos justos

PARTE

«E perdoa as nossas dívidas, assim como nós também perdoamos aos nossos devedores.»

(Mateus 6,12)

4.1 Financiamentos: da usura para o financiamento justo

A transformação do comércio não pode ser divorciada da transformação dos órgãos financeiros internacionais. Desde a década de 80, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial têm vinculado empréstimo e cancelamento de dívidas a certas condições de modo a aplicar as mesmas políticas macroeconômicas a todos sem distinção. Entre essas condições estão: a abertura dos mercados dos países pobres para a concorrência de empresas e negociantes internacionais, o corte de subsídios governamentais para seus produtores locais e a privatização de juntas de marketing, indústrias e serviços sociais. Os efeitos têm sido desastrosos para milhões de pessoas, extinguindo empregos e obrigando pequenos agricultores a competir com mega-empresas.

A experiência histórica demonstra que um povo e uma nação somente podem controlar seu processo de desenvolvimento se puderem controlar suas finanças.

As políticas implementadas pelas instituições financeiras



internacionais (IFIs = FMI, Banco Mundial e bancos de desenvolvimento regional) por meio de condições vinculadas a empréstimos e cancelamento de dívidas em muitos casos tiveram efeitos devastadores sobre economias nacionais.

Em dezembro de 2001, milhares de pessoas em toda a Buenos Aires foram para as ruas batendo em panelas vazias promovendo um *cacerolazo* (panelaço), numa maciça e barulhenta demonstração não-violenta. Este extraordinário “clamor do povo” desafiou um estado de sítio para declarar que estavam fartos de ver a pobreza crescer, o desemprego e a impunidade para aqueles que tinham saqueado a riqueza do seu país. Essa explosão social maciça resultou na mudança de cinco presidentes em menos de duas semanas. Os bilhões de dólares que a Argentina paga anualmente a título de serviço de dívidas ilegítimas bem como as políticas impostas pelo FMI estavam na raiz da sua crise econômica. Nos anos 90 a Argentina fora o mais brilhante aluno do FMI, seguindo seus conselhos ao pé da letra. Após um maciço programa de privatização e ajustes, em 1999 o país constatou que sua dívida havia explodido para 146 bilhões de dólares. Quando a crise argentina se aprofundou, o FMI empenhou mais e mais bilhões, até que ao final de 2001 todo o sistema econômico do país entrou em colapso. Antes da implementação das políticas neoliberais, a Argentina fora uma sociedade com 60% de classe média. Agora 60% da população está abaixo da linha de pobreza.

Na África, o aluno mais brilhante do FMI foi a Zâmbia. Situada numa região assolada pela seca e pela pandemia do HIV/AIDS, a Zâmbia precisa de todos os seus recursos financeiros para sustentar sua infra-estrutura social e agrícola. Em vez disso, ela se viu obrigada a pagar uma média de 221 milhões de dólares por ano em serviço da dívida de 2003 até 2005, o que é $\frac{2}{3}$ mais do que pagava antes de receber alívio para a dívida sob a iniciativa HIPC (PPME) do Banco Mundial.

Está previsto que o FMI sozinho extrairá 293 milhões de dólares em serviço da dívida de 2003 até 2005, depois de conceder alívio da dívida por meio da iniciativa HIPC, enquanto que os zambianos continuam pagando por políticas mal-orientadas impostas pelo Banco Mundial e FMI ao longo dos anos 90. Em vez de admitir sua responsabilidade e obrigação pela crise da dívida na Zâmbia, o FMI continua insistindo em forçar o país a vender seus recursos remanescentes. Ao serem confrontados com o fracasso da sua abordagem na Zâmbia, os responsáveis pela política internacional se esconderam atrás de alegações de corrupção do governo local, em vez de examinar o verdadeiro impacto de sua própria política.

Essas experiências apontam para uma crise sistêmica de todo o sistema financeiro global. Nenhuma instituição financeira internacional, nenhuma regulação de política ou nenhum poder consegue ou está disposto a controlar a negociação diária de 1,9 trilhões de dólares que é o valor do câmbio monetário praticado a cada dia útil. A especulação financeira domina o comércio de bens e serviços, desviando recursos de investimentos produtivos a longo prazo e de áreas da maior necessidade humana. Os mercados financeiros, além disso, estão cada vez mais instáveis, com bolhas especulativas e crises financeiras.

A divisão dos riscos é desigual. A hegemonia do dólar americano nas finanças internacionais proporciona o crédito que permite aos Estados Unidos criarem nova liquidez mesmo sendo o maior devedor do planeta, além de, entre outras coisas, investir maciçamente na indústria bélica para travar guerras geopolíticas. A extrema vulnerabilidade de países que com sua moeda abandonam sua soberania pela vinculação da sua moeda ao dólar ou adotando o dólar americano ou o euro, fica tragicamente ilustrada pela Argentina. O preço é pago pelos pobres com a perda de emprego e poupança, elevação nos preços dos alimentos, aumento da pobreza e muitas vezes com a morte.

Em épocas de vacas gordas, os países ricos criam liquidez para si próprios por meio dos mercados financeiros. Em épocas de crise financeira eles também cuidam de si próprios. Financiamentos geralmente se pode conseguir internamente ou por meio de instituições internacionais para dar uma saída ao investidores quando sua especulação vai água abaixo. Quando países de baixa e média renda precisam de liquidez concessional, eles encontram níveis insignificantes de apoio, mesmo assim sob condições acachapantes. Muitas vezes são obrigados a se voltar para bancos privados para conseguir crédito a taxas de mercado, desviando recursos necessários para a saúde e educação para inflar os dividendos dos acionistas dos bancos.

4.2 Dívidas ecológicas e ilegítimas

O período de financiamento neoliberal e do ajuste estrutural imposto fez aumentar as dívidas sociais e ecológicas já pré-existentes que o norte tinha para com o hemisfério sul. A Acción Ecológica, uma organização da sociedade civil equatoriana, define a dívida ecológica como sendo :

“... a dívida acumulada pelos países industrializados do norte em relação aos países do Terceiro Mundo por conta da depredação de recursos, danos ambientais e ocupação irrestrita de espaço ambiental para depositar resíduos, como gases-estufa, dos países industrializados.”¹²

Em alguns casos a dívida ecológica pode ser diretamente atribuída às empresas petrolíferas e de mineração que prejudicam ecossistemas em busca da riqueza mineral. Em outros casos a culpa pela dívida ecológica precisa ser imputada às instituições financeiras internacionais que financiam projetos de extração de recursos, com pouca consideração por suas conseqüências sociais e ambientais.

Há dois tipos de dívida ilegítima. A primeira está relacionada com a questão de como e por quem elas foram assumidas. Em muitos casos foram acumuladas por ditadores, muitos dos quais chegaram ao poder mediante golpes militares em cooperação ou com o apoio dos Estados Unidos ou das antigas potências coloniais. A obrigação de pagar dívidas financeiras também é ilegítima quando esses pagamentos negam direitos



humanos fundamentais ao alimento, moradia, assistência à saúde e educação. Por exemplo, apesar dos devastadores efeitos da pandemia do HIV/AIDS na África sub-saariana sobre famílias, comunidades e economias nacionais inteiras, países africanos pagaram uma média de 3,7 bilhões de dólares a mais em serviço da dívida do que receberam em novos empréstimos a cada ano de 1997 até 2003. O custo desumano da dívida estrutural a longo prazo do hemisfério sul está bem documentado. A saída de capital constantemente excede a entrada de capital oriunda de ajuda e investimentos externos.

Essa enorme carga financeira para o hemisfério sul conduz a maior enriquecimento dos países e bancos do norte, chegando a 3% do seu produto interno bruto. Considerando a urgente necessidade de recursos financeiros para tratar aidéticos e suprir outras necessidades urgentes de desenvolvimento, como podem credores oficiais justificar o recolhimento de sequer um dólar em pagamento do serviço da dívida da África sub-saariana? Já que isto é tão notório, como pode esta situação continuar piorando?

A razão dessa vergonhosa situação é que o endividamento estrutural do hemisfério sul se tem exacerbado ano após ano durante mais que três décadas. As somas pagas pela amortização e pelos juros excedem estruturalmente as quantias que

12) O conceito de espaço ambiental ou “pegada ecológica” começa pela suposição de que cada habitante da Terra tem direitos iguais aos recursos da Terra. Os 20% da população mundial que vivem nos países mais ricos fazem 86% de todas as compras de consumo; eles consomem 58% de toda a energia e por sua conta correm 53% de todas as emissões atuais de carbono (e 80% em termos históricos). Coletivamente a quinta parte mais rica da população mundial tem uma enorme dívida ecológica para com a maioria que precisa agüentar parte da pior devastação ambiental e muitas vezes tem negada seu justo quinhão na riqueza produzida.

entram via ajuda e investimento externo direto. Durante os anos 60, para cada dólar que ia do norte para o hemisfério sul, 3 dólares voltavam para o norte. Ao final dos anos 90, após trinta anos de desregulação do mercado financeiro, para cada dólar que ia para o hemisfério sul, sete iam para o norte. O conjunto de todos os países em desenvolvimento transferia para os assim chamados países desenvolvidos não menos que 3% do total do seu produto interno bruto (PIB)¹³ – uma ilustração muito clara do aprofundamento da pobreza em função do contínuo enriquecimento do outro lado do mundo.

Como no caso do comércio, os que emprestam dinheiro não têm nenhum desejo de mudar. Para os países atingidos pelo tsunami na Ásia, os credores não ofereceram cancelamento da dívida, mas apenas uma moratória para os pagamentos. O poder sobre questões monetárias internacionais reside com 7 economias hegemônicas (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Grã-Bretanha, França, Canadá e Itália), conhecidas como G7, ou como G8, quando a Rússia participa da rodada de discussões políticas. O G7 também controla o FMI e o Banco Mundial.

4.3 **Ágape implica cancelamento da dívida e restituição**

Na Bíblia o sistema de acumulação de riqueza que lança as pessoas na pobreza e destrói a natureza é considerado ímpio por Deus e causa de sofrimento evitável. Ele é chamado de mamon, sendo caracterizado como raiz de todo o mal. Jesus nos disse com toda a clareza que não podemos servir a Deus e também ao mamon (Lucas 16,13)¹⁴. A visão bíblica denuncia firmemente a exploração financeira dos pobres e necessitados (Amós 8,4-14 é um entre dezenas de exemplos). A transformação de relações assimétricas e injustas é realizada nas tradições do sábado, do ano sabático e do ano do jubileu. Elas oferecem uma poderosa visão da organização da vida econômica. A cada sétimo ano (sabático) a terra deveria descansar e ficar em repouso, “para que os pobres do teu povo possam comer” (Êxodo 23,10-12). Em conexão com o ano de repouso está a remissão das dívidas, para que “não haja ... ninguém em necessidade entre vós” (Deuteronômio 15,1-5). A tradição do jubileu (Levítico 25,1-55; 27,16-24; Isaías 61 e Lucas 4) repousa nos mesmos fundamentos do ano sabático. Além disso aparece um novo aspecto: a terra reverte para as famílias que a perderam em função de pobreza e dívidas. O jubileu restaura plenamente o acesso dos pobres aos meios de produção e bem-estar. Ele vai muito além da justiça distributiva para devolver a capacidade e dos meios de as pessoas se sustentarem.

As tradições do sábado, do ano sabático e do ano de jubileu na Torá confirmam que Deus é um Deus da graça em amor. Seguir a Deus é colocar em prática esta graça e justiça para todos na vida cotidiana e nas instituições que governam a sociedade. Como Deus é redentor de todos, empréstimos que lançam os pobres em servidão da dívida, deveriam ser resgatados. A preocupação primordial é com os pobres. O

ano de repouso da terra foi instituído para prover alimento para os pobres (Êxodo 23,11): justiça é o fruto do repouso para a terra – noção esta reconhecida pelos Povos Indígenas. Empobrecimento mediante criação de riqueza conduz à fragmentação da sociedade. A preocupação primeira é com a necessidade humana, não com propriedade privada, não com a maximização dos lucros, não com a observância da “lei natural” do mercado. As instituições do sábado e do jubileu tratam da restauração do povo em aliança com Deus. Trata-se do desmantelamento intencional de instituições que escravizam pessoas pela servidão da dívida.

A visão do sábado e do jubileu tem desempenhado importante papel na luta pela justiça. Ela inspirou, por exemplo, a luta contra a escravatura e revelou como essa poderosa visão pode modificar o mundo. A missão profética das igrejas no tocante a questões financeiras internacionais igualmente afirma que “Um Outro Mundo é Possível” quando:

- ✓ os sistemas financeiros internacionais se basearem na transparência, na responsabilidade por seus atos e no controle democrático;
- ✓ os sistemas financeiros estiverem a serviço da economia real, que é uma economia da vida a serviço do povo e da sustentabilidade ecológica; e quando
- ✓ as reações internacionais às crises financeiras preservarem a capacidade dos países atingidos e de suas populações de determinar suas próprias políticas, prioridades e estratégias de desenvolvimento a longo prazo.



4.4 **Transformação do sistema financeiro global**

Qualquer sistema financeiro internacional deveria ser estruturado de modo a maximizar o avanço em direção à justiça, erradicação da pobreza e à sustentabilidade ambiental. Para tal, são necessárias diversas estratégias. É imperativo promover o debate sobre sistemas alternativos de finanças, que sejam democráticos no sentido pleno da palavra. Também se pode reivindicar junto ao FMI e ao Banco Mundial que modifiquem seus procedimentos nos seguintes aspectos:

- ✓ as estruturas de votação precisam mudar, acabando com o veto estadunidense (ou de qualquer país) e que os países

¹³ Cf. Relatório Sobre o Desenvolvimento Humano do PNUD de 2002, tabela 1.4: os investimentos estrangeiros diretos nos países em desenvolvimento no ano do milênio 2000 estavam em 2,4% do seu Produto Interno Bruto (PIB), doações e ajuda alcançaram 0,6% do PIB, mas o fluxo de retorno para os países desenvolvidos não ficou abaixo de 6,3% do seu PIB.

¹⁴ Cf. a mensagem da consulta de Budapeste, citada na parte 6, seção 6.2

- em desenvolvimento tenham voz mais forte;
- ✓ a tomada de decisões precisa tornar-se transparente, sendo necessário um papel autêntico da sociedade civil no sentido de poder intervir mais do que nas meras consultas cosméticas realizadas na elaboração dos Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza, como são eufemisticamente denominados;
- ✓ os Programas de Ajuste Estrutural devem ser eliminados, por se tratar de condições unilateralmente impostas pelo credor;
- ✓ o FMI e o Banco Mundial devem usar seus próprios recursos para resolver a crise da dívida (por exemplo, reservas em ouro no caso do FMI, fundos de reserva para empréstimos perdidos e lucros retidos no caso do Banco Mundial);
- ✓ Todas as coberturas (*bail-outs*) para credores privados devem cessar para que assumam a responsabilidade de conceder empréstimos de alto risco.

Contudo esses tipos de propostas de reforma não bastam; elas de qualquer forma dependem da boa vontade dos países ricos e poderosos que controlam a economia neoliberal e suas instituições e as rejeitam a priori, uma vez que defendem seus assim chamados “interesses vitais”. É necessário reagir com base nas experiências e alternativas do próprio povo, onde se incluem iniciativas que:

- ✓ quebrem a hegemonia das instituições financeiras internacionais e corporações transnacionais, exigindo que os governos nacionais regulem as corporações transnacionais e busquem um papel mais ativo para os órgãos multilaterais transformados;
- ✓ rejeitem o pagamento de juros de dívidas odiosas, principalmente mediante ação conjunta de países endividados;
- ✓ criem espaço para que comunidades e governos exerçam controle democrático sobre questões financeiras críticas que afetem a vida das pessoas; aí se inclui a auditoria de dívidas financeiras como forma de identificar dívidas ilegítimas e odiosas;
- ✓ revertam o fluxo de riqueza financeira e ecológica do hemisfério sul para o norte, mediante cancelamento de dívidas ilegítimas e dedicando 0,7% do produto interno bruto dos países industrializados para a assistência oficial ao desenvolvimento – não como ato de caridade, mas como restituição de exploração passada; e que
- ✓ reduzam o volume de transações financeiras especulativas e também levantem receitas significativas para a assistência genuína ao desenvolvimento mediante um Imposto sobre Transações de Moedas sobre os 1,9 trilhões que são o valor em dólares negociado a cada dia útil nesse tipo de transações.

No ápice da crise na Ásia em 1997, a Malásia desafiou o conselho do FMI e introduziu rigoroso regime de controle de capital que permitiu ao governo malaio adotar políticas de incentivo (inclusive redução de impostos), investir em infraestrutura e reduzir taxas de juros sem se preocupar com uma corrida sobre a sua moeda. Ao fim e ao cabo, até mesmo o FMI admitiu que esta política foi exitosa. Em nível nacional os governos precisam recuperar o controle sobre as políticas fiscal, monetária e de tributação a fim de desestimular a especulação excessiva, barrar a fuga de capital para paraísos fiscais no estrangeiro e garantir que investimentos estrangei-

ros recebam tributação justa a fim de atender às necessidades humanas e sociais básicas. Os governos deveriam ter plena autonomia para usar a moeda de sua própria escolha. Os governos nacionais precisam abandonar a ideologia neoliberal de reduzir impostos para empresas e para os ricos. O objetivo da redução de impostos é criar um clima ideal para o investimento e o livre comércio, o que limita a capacidade de o país gerar receita para custear o desenvolvimento social. Impostos justos e equitativos incluem aqueles que promovem justiça ecológica e reduzem disparidades de riqueza, tais como impostos sobre emissões de carbono.

Fig 3



4.5 Apoio para financiamento alternativo em níveis locais

O setor informal, que são as inúmeras atividades desenvolvidas à margem da moderna economia de mercado, gera renda para a maioria das pessoas no hemisfério sul. É nas famílias e nas pequenas empresas que a maioria das pessoas consegue o seu sustento. Cerca de metade dos empregos pagos em todo o mundo estão em negócios que empregam entre uma e cinco pessoas, e em alguns lugares o percentual é até maior. Mesmo assim não se deveria ter uma visão romântica do setor informal, microempresas não são uma panacéia para o desenvolvimento humano. Sua trajetória tem sido um misto de sucesso e fracasso, e as condições de trabalho muitas vezes são estarrecedoras. Uma limitação considerável é o deficiente acesso a bens de produção, principalmente terra e capital.

Até certo ponto a situação tem melhorado com iniciativas como a formação de cooperativas de crédito e poupança, iniciativas de trabalhadores autogerenciadas, bancos de investimento ético, moedas comunitárias e sistemas de microcrédito. As igrejas têm atuado nesta área por meio do Fundo Ecumênico de Empréstimos (*Ecumenical Loan Fund*, ECLOF) e posteriormente o Oikocredit. Entretanto, a recente proliferação do micro-empréstimo por muitos outros agentes está apresentando resultados mistos, não conseguindo superar a desigualdade sistêmica. Algumas décadas atrás a prática de emprestar pequenas quantias de dinheiro a pobres que poderiam vir a ser empresários, muitas vezes sem caução, esteve em cogitação nas finanças internacionais. Hoje existem muitas iniciativas. Muitas vezes são democráticas e participativas, favorecendo empréstimos a grupos ou cooperativas, em vez de indivíduos, mantendo simples os procedimentos para a revisão e aprovação de solicitações de empréstimo, e desembolsando com rapidez pequenos créditos a curto prazo. Devido ao seu bom histórico de pagamento da dívida, grupos de mulheres têm recebido um percentual desproporcionalmente mais

elevado do micro-crédito. Ao mesmo tempo alguns grupos de mulheres relatam que a “tirania do pagamento da dívida” e o medo de deixar na mão o seu grupo tem causado forte estresse e trauma na vida das mulheres participantes.

Apesar do seu relativo sucesso, o entusiasmo sobre sistemas de micro-crédito precisa ser balanceado. Esses esquemas somente podem atingir seu pleno potencial se forem alterados os sistemas legais que os discriminam, favorecendo o empréstimo convencional. Existe o perigo de algumas organizações de micro-crédito não resistirem à tentação de se “institucionalizarem” e deslocarem seu foco dos pobres para os menos pobres. As organizações de micro-crédito precisam ser cuidadosamente avaliadas em seu impacto. A estratégia de micro-crédito não pode substituir a transformação do sistema econômico.

4.6 Promover práticas éticas e códigos empresariais para investimentos

Entre aqueles que trabalham em prol da justiça econômica está havendo muito debate sobre a eficiência de se promover práticas éticas e códigos empresariais para o investimento. Muitos acham que os problemas são sistêmicos e somente podem ser resolvidos em nível sistêmico, ao passo que outros acreditam que uma abordagem gradual cria condições que podem promover transformação mais profunda. Um número cada vez maior de indivíduos e instituições,



ao tomar decisões de investimento, está aplicando critérios sociais e ambientais, além das considerações financeiras. Numerosas organizações religiosas, entre elas o CMI, elaboraram diretrizes de responsabilidade social e ambiental para seus investimentos. Embora variem as opiniões sobre o que é um investimento “responsável” ou ético, a maioria usa três estratégias:

- ✓ *Evitar* ou *retirar investimentos*, ou seja, deixar de investir dinheiro em empresas quando estas:
 - ✓ produzirem (por exemplo) armas, álcool ou tabaco,
 - ✓ praticarem políticas discriminatórias de emprego,
 - ✓ apoiarem violações de direitos humanos,
 - ✓ tiverem envolvimento com energia nuclear ou contribuírem substancialmente para a destruição ambiental,
 - ✓ estiverem envolvidas em especulação e evasão de tributos (por exemplo, boicotar certos bancos comerciais).
- ✓ *Apoio*: usar investimentos como alavanca para promover responsabilidade empresarial mediante resoluções de acionistas e/ou negociações com a gerência; e
- ✓ *Investimento alternativo*: investir deliberadamente em empreendimentos que apresentem uma conduta social e ambientalmente responsável. A experiência tem mostrado que investimentos orientados por critérios sociais e ambientais muitas vezes dão retorno financeiro igual ou melhor que investimentos “normais”.

Um exemplo é o trabalho da Igreja Ortodoxa Russa no desenvolvimento de um código de princípios e regras morais da atividade econômica, com base nos Dez Mandamentos, e a experiência da sua implementação por grupos religiosos na Rússia.

Reconhecemos que a responsabilidade das igrejas de promover práticas éticas lança desafios diferentes em épocas diferentes. Apesar dos importantes esforços existentes no sentido de introduzir padrões éticos no paradigma atual, propomos que, em vista da natureza sistêmica da globalização neoliberal e considerando o papel das empresas transnacionais dentro desse sistema injusto, as igrejas precisam abordar a questão do sistema em si. A fidelidade para com o transcendental chamado para a justiça em favor dos pobres nos compele a enfatizar menos a reforma e a moderação para nos concentrar mais na transformação sistêmica, sem ter medo de nos solidarizar com as campanhas dos povos e seus métodos, inclusive o apoio à desobediência coletiva.

Dívida, usura e sistemas financeiros injustos destinados ao acúmulo de bens para os ricos às custas dos pobres exigem uma resposta profética e também espiritual das igrejas. A advertência de Jesus de que não podemos servir a Deus e ao mamon exige um exame até mais profundo ainda do nosso discipulado como comunidades de fé.

Para continuar a reflexão:

- Será que estamos tão mancomunados com o sistema de financiamento e investimento internacional que na verdade estamos enleados no serviço ao *mamon* e sendo *infiéis* com nosso serviço radical ao Deus da vida?
- Será que realmente estamos em condições de amar a Deus e a nosso próximo como amamos a nós mesmos?

PARTE 5

Ação transformadora e alternativas vivas

«Exorto-vos, portanto, irmãos e irmãs, pela misericórdia de Deus, a que ofereçais vossos corpos como hóstia viva, santa e agradável a Deus: este é o vosso culto espiritual. E não vos conformeis com este mundo, mas transformai-vos, renovando a vossa mente, a fim de poderdes discernir qual é a vontade de Deus, o que é bom, agradável e perfeito».

(Rm 12,1-2).

5.1 Alternativas vivenciadas

A transformação nos compele como igrejas a ir além daquilo que é difícil, porém concebível, para imaginar, descobrir, abraçar e encarnar aquilo que é verdadeiramente libertador, para então fazer com que o libertador se torne possível. Rompendo com o paradigma propagador da morte, que é a globalização neoliberal, defendemos uma visão afirmadora da vida, que é a da “oikoumene” – uma comunidade da Terra onde todos os povos vivem em relações justas entre si, com toda a Criação e com Deus.

Hebreus 12 nos lembra que somos “cercados por uma grande nuvem de testemunhas”. Essas testemunhas não só nos ajudam a discernir a verdade do sistema econômico atual, mas também nos inspiram a lembrar que a criação de alternativas para a ordem mundial existente é uma tarefa que condiz com a essência da igreja. A igreja é chamada a não se conformar com as estruturas da injustiça, mas a anunciar uma nova Criação. A visão bíblica o tempo todo anuncia as “novas coisas” que Deus está fazendo, e seguramente isto significa que em nosso tempo e lugar a igreja precisa ser uma comunidade de alternativas: visões alternativas, espaços alternativos, espiritualidade alternativa e idéias e práticas econômicas alternativas.

O caminho óbvio para a mudança começa pelas realidades e verdades existentes nas pessoas, acreditando que elas sejam capacitadoras e contenham as sementes da transformação. Pensamento e ação sociais ecumênicas jamais apresentaram uma solução padrão para todas as situações, mas antes

têm insistido que as pessoas são os sujeitos de uma jornada conjunta para a vida em dignidade, em comunidades justas e sustentáveis. Nós temos o compromisso de erguer e praticar alternativas existentes, particularmente aquelas que provêm dos pobres, das mulheres, dos Povos Indígenas e de outros povos excluídos, e de criar novas alternativas. Em meio à morte e destruição presenciamos uma afirmação maciça da vida, pelos movimentos dos povos.

Sempre se lembrando do envolvimento das igrejas na destruição de outras culturas e da vida das pessoas no passado colonial, as igrejas podem e deveriam buscar a cooperação com outros, inclusive inspirando-se em quem quer que esteja buscando alternativas vivificadoras. Povos Indígenas historicamente têm estado na linha de frente do desafio ao processo de colonização que destruiu seus valores ecológicos e as práticas que lhes permitiam viver em relações justas e harmoniosas com a Criação. Agora há grandes populações sendo vitimadas da mesma forma como os Povos Indígenas no passado. Por isso a solidariedade entre vítimas antigas e recentes dessa neocolonização é crucial para resistir e transformar a globalização que está em andamento.

Os Adivasis (Indígenas), Dalits e pescadores de Orissa já entraram em guerra contra o colonialismo britânico em 1768. Hoje em dia, na era pós-independência, em vez de serem abençoados com a liberdade, mais uma vez estão lutando pela existência em sua própria terra natal. O governo indiano, ao encaminhar a liberalização e a agenda de privatização do programa de ajuste estrutural do Banco Mundial, além das obrigações da OMC, elaborou novas políticas e leis que acabaram com a legislação de proteção e retiraram à força terras, florestas e água das comunidades pobres, indígenas e marginalizadas, para beneficiar empresas. As resultantes tentativas de explorar os recursos de Orissa ameaçam as pessoas com remoção, perda de sustento, perda dos direitos consuetudinários sobre a terra, a água e as florestas, o deterioramento da cultura e das relações sociais e a devastação do ambiente natural. Em outras palavras, ocorre uma destruição sistemática de alternativas reais e vivas, onde as pessoas vivem em unidade com Deus e a natureza.

Os movimentos sociais que emergem por toda a parte indicam o aumento da conscientização das pessoas nas bases. Só que esses movimentos e suas lutas legítimas contra a injustiça são encarados como ameaças à segurança nacional e ao crescimento econômico. A polícia e as forças armadas, autorizadas por novas leis, são liberadas para lançar um regime de terror para a reprimir aspirações genuínas e a discordância legítima. As ligações entre globalização econômica neoliberal e a militarização são flagrantes.

As lutas para garantir os direitos das pessoas sobre os recursos são reprimidas como anti-desenvolvimento e anti-governo. A democracia formal é inadequada para proteger os interesses do povo na era da globalização. É preciso renovar o poder decisório direto do povo em questões que afetam sua vida. As igrejas precisam manifestar-se abertamente reconhecendo que os ricos no hemisfério sul bem como no norte são responsáveis pela natureza sistêmica desses abusos, instando em que eles assumam sua responsabilidade. Povos Indígenas em Aotearoa-Nova Zelandia, na Austrália, no Canadá ou



nos Estados Unidos contam histórias semelhantes de devastação sistemática e de movimentos de resistência.

Existem lugares onde as comunidades continuam apegadas às suas formas tradicionais e costumeiras de vida, defendendo sua própria espiritualidade e costumes. As igrejas no Pacífico, por exemplo, apresentaram um modelo bastante encorajador de como as pessoas em sua região poderiam resistir ao projeto de globalização neoliberal, com base em suas formas tradicionais de vida. Chamaram a proposta por elas detalhada de “A Ilha da Esperança”.

Uma empresa de agroquímicos em São Paulo foi além da retórica da responsabilidade social das empresas e começou a promover o conceito de justiça econômica. Num momento bastante delicado de alto endividamento, ela começou a investir tempo e dinheiro em seu próprio quadro de funcionários. Para alguns membros da diretoria a decisão parecia maluca, irracional. Entre as inovações havia melhorias de remuneração, a criação de formas indiretas de remuneração, tempo para estudos ao longo do ano de trabalho, encorajamento para cooperar em vez de competir no ambiente de trabalho. Dentro de poucos anos, com as finanças novamente equilibradas graças ao esforço e sacrifício proporcionalmente distribuídos, a empresa lançou novos programas junto às famílias dos trabalhadores em terreno comunitário ao redor da fábrica. Fundou uma escola orientada para a comunidade, com atividades para a juventude e outras iniciativas educacionais. Passou a promover o comportamento ecológico dos indivíduos, da comunidade e da empresa. Em outra etapa a firma adotou uma política que avançou em duas direções: participação nos lucros e democratização das ações em bolsa

da empresa; ela começou a transferir ações para funcionários com dois ou mais anos de trabalho na empresa. Hoje os funcionários chegam a controlar 20% do ativo da empresa. Finalmente ela começou a modificar suas próprias linhas de produção a fim de cumprir um plano de produção agroecológico. Fora do âmbito da empresa seus empresários atuam na política da cidade e do país em favor de uma ordem social que permita o pleno exercício dos direitos individuais e do cidadão bem como em prol da construção de uma economia baseada na cooperação, reciprocidade e solidariedade.

5.2 Ecojustiça

A justiça social tem ocupado o centro da ética ecumênica nas últimas décadas. O impacto do neoliberalismo sobre a Terra torna urgente a demanda por interação justa entre Criação e humanidade. Muitos movimentos ambientais e feministas deram prioridade central à exigência de justiça ecológica, lembrando que economia e ecologia representam duas perspectivas interligadas e inseparáveis na economia da vida de Deus (*oikos*). Por isso as igrejas precisam refletir sobre como Deus atua para promover e proteger a justiça na Criação e na sociedade humana.

A mudança do clima é uma questão de justiça. Os que consomem elevadas quantidades de combustíveis fósseis põem em risco a vida de outras pessoas, de gente que habita ilhas muito baixas bem como regiões costeiras, de pessoas expostas a secas severas, inundações e tempestades. A atual “economia baseada em combustível fóssil”, com sua forte ênfase sobre o crescimento econômico acelerado, que beneficia desproporcionalmente aqueles que já estão ricos, solapa a vida como a conhecemos no planeta Terra. Isto precisa mudar.

O líder espiritual da Comunhão Ortodoxa Oriental, patriarca ecumênico Bartolomeu I, não se constrangeu em chamar isto de “pecado que profundamente atenta contra a benevolência de Deus, o perseverante amor de Deus pela vida, pelos seres humanos e por toda a Criação”.¹⁵ As conseqüências da mudança do clima nos alertam que estamos todos no mesmo barco. O que um grupo faz aqui tem efeito sobre outro grupo ali. Somos **uma** espécie humana. Somos chamados a viver em relações justas e sustentáveis uns com os outros, para o bem de todos, incluindo a vida futura sobre o planeta Terra. É um escândalo quando um grupo ou país se considera acima dos outros ou como não-perpetente a esta comunidade terrena.

Ecojustiça não é apenas uma exigência ética e política. A luta por ecojustiça é forte expressão da espiritualidade de resistência das comunidades indígenas e das pessoas que com elas são solidárias no sentido de proteger a Terra e seus recursos para as gerações presentes e futuras. Quem hoje sofre, tanto nos países pobres quanto nos ricos, está reformulando sua visão de, e renunciando sua interação com a Criação a fim de viver ecojustiça, no interesse das gerações ainda por nascer.

Conflitos em torno da água estão no âmago da resistência contra a globalização neoliberal e da sua busca por transformação, não como exercício intelectual, mas como imperativo urgente para a sobrevivência. O melhor exemplo de resistência bem-sucedida contra a privatização da água está no povo de Cochabamba, Bolívia. Em 1999, obedecendo a uma condição

15) Cf. sua mensagem à 6ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança Global do Clima em Haia,

imposta pelo FMI, o abastecimento de água e serviço de esgotos de Cochabamba foi privatizado por meio de um leasing de quarenta anos a *Aguas del Tunari*, parcialmente em mãos do gigante da água americano Bechtel. A privatização foi rapidamente seguida por uma elevação nas taxas que duplicaram ou triplicaram a conta de água do povo. Famílias com ganhos inferiores a cem dólares mensais recebiam contas de água de mais de 20 dólares. Na primeira de uma série de demonstrações de protesto, o povo de Cochabamba fechou a cidade numa greve e bloqueio de quatro dias. A partir de fevereiro de 2000 a Coalizão para a Defesa da Água e da Vida (*La Coordinadora*) encabeçou outras demonstrações pacíficas, empanadas por violência e morte. Num referendo informal 96% dos 50.000 votos desaprovaram a privatização da água e o contrato de abastecimento de água pela empresa. Em abril de 2000 o governo boliviano declarou lei marcial. Após a detenção dos líderes do protesto e a morte de um dos demonstrantes, o governo boliviano rescindiu o contrato e reduziu as taxas de água, transferindo o controle da água de Cochabamba para *La Coordinadora*.

A Bechtel então entrou com um processo no valor de 25 milhões de dólares contra o governo boliviano junto ao desconhecido centro de arbitragem do Banco Mundial pela desapropriação do seu investimento, com base num acordo de investimento bilateral entre a Bolívia e a Holanda. Esta ação, por sua vez, desencadeou maciço protesto internacional, que comprometeu ainda mais o conceito de acordos bilaterais de investimento, o que, ao que consta, obrigou a empresa a voltar atrás. O sucesso da resistência do povo de Cochabamba e do seu departamento de abastecimento de água com operação comunitária tornou-se o ícone de uma crescente campanha internacional contra a privatização da água, fonte da vida.

Qualquer alternativa viável para o futuro precisa cumprir os critérios de justiça social e ecológica, permitindo vida em dignidade em comunidades justas e sustentáveis para as gerações futuras. O nível atual de extração acelerada de recursos e consumo de energia não pode ser sustentado a longo prazo. Não passa de uma ilusão acreditar que o atual modelo econômico poderia oferecer um futuro para todos.

Na economia de Deus a vida social é uma circulação ininterrupta de bens e serviços, expressão concreta da vida complementar e das obrigatória solidariedade entre seres humanos. Essa circulação é garantida por trocas econômicas como uma das formas de solidariedade social. Enquanto for fiel para com seu mandato original, a troca econômica é uma expressão concreta, visível e necessária da solidariedade entre as pessoas. Ela implica uma troca constante entre povos, uma reciprocidade que os vincula uns aos outros.

Fig. 4

Especies em vias de desaparecimento



- 1850 - 1950: 1 especie animal por ano
- 1989: 1 por dia
- 2000: 1 por hora



- Em 50 anos, 25 % das especies animal e vegetal terão desaparecido devido ao aquecimento do planeta.

Fonte: Prof. John Van Klinken
Universidade Groningen, Holanda.

5.3 Economia da solidariedade

Este tipo de troca econômica já está acontecendo. A carta de princípios produzida pela assembléia da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária em junho de 2004, por exemplo, reivindica práticas que se baseiem na solidariedade da troca bens, serviços, informação, conhecimento, afeto e mútuo apoio entre seus membros. Uma economia da solidariedade é aquela

- ✓ na qual mulheres e homens trabalham em solidariedade;
- ✓ que promove a restauração e valorização das culturas, tradições e sabedoria dos povos tradicionais, e de suas economias baseadas na solidariedade e a reciprocidade;
- ✓ que está a serviço do desenvolvimento humano, social, ético e ecologicamente sustentável;
- ✓ na qual trabalhadoras e trabalhadores, enquanto consumidores, consomem de forma ética, solidária e responsável.

A Rede interliga

- ✓ consumo ético em solidariedade;
- ✓ produção autogerenciada e ecossustentável em solidariedade;



- ✓ comércio justo e ético em solidariedade;
- ✓ financiamento solidário e moedas informais ou comunitárias;
- ✓ compartilhamento do conhecimento e de tecnologia;
- ✓ educação e cultura cooperativas; e
- ✓ comunicação em diálogo plural.

A ênfase na solidariedade se baseia na percepção de que o que é produzido e as condições de produção são a chave para a qualidade da vida e a saúde das pessoas e da Terra. Para uma transição rumo a uma economia da vida como economia solidária é preciso dar muito mais atenção à agricultura para a vida, ao trabalho bem como à extração e uso dos recursos naturais.

A transformação numa economia solidária é uma transformação liderada pela sociedade como agente do seu próprio desenvolvimento. O Estado e órgãos multilaterais governamentais precisam ser os agentes subsidiários do desenvolvimento gerenciado pela sociedade. É mandato do Estado enquanto servidor da sociedade garantir que o projeto de desenvolvimento formulado democraticamente seja executado de forma harmoniosa e de modo a implementar políticas públicas que garantam acesso de todos aos bens e recursos produtivos e reprodutivos bem como a redistribuição justa de renda e riqueza.

Ao enfocarmos isto, reiteramos uma das premissas básicas deste documento: questões econômicas e políticas não



Foto HCR/Hollmann

podem ser separadas. Um dos principais desafios desde a assembléia dos CMI em Harare 1998 tem sido a necessidade de dar maior atenção às tendências geopolíticas atuais. A integração de redes de poder com interligação cada vez maior numa matriz imperial é uma característica muito marcante da história recente. Este processo está sendo liderado por uma coalizão de poderosos países e sociedades, entre os quais os Estados Unidos é o mais poderoso. Todos os esforços pela mudança e transformação da economia são confrontados com esta realidade.

Neste cenário e ante os conflitos que surgem neste contexto se torna mais urgente que nunca que as igrejas falem com uma só voz e ajam em conjunto. Ética, eclesiologia e missão se fundem todas nesse esforço ecumênico.

Igualmente importante é cooperar com outros agentes na sociedade e outras comunidades de fé.¹⁶ Não há muita esperança se a globalização da dominação não for enfrentada por uma reação na globalização da solidariedade, da justiça e do cuidado pela Criação por todos os povos de boa vontade.

Isto já está acontecendo. Eis alguns exemplos:

- ✓ lutas das mulheres por relações e cuidados equitativos podem transformar as estruturas patriarcais hierárquicas das nossas vidas e instituições;
- ✓ a tradição africana do *ubuntu*, de ser pessoa em comunidade, que implica uma economia de solidariedade e cuidado;
- ✓ os valores tradicionais, costumeiros e embasados em fé, subjacentes ao conceito de Ilha da Esperança, no Pacífico;
- ✓ a busca coreana por uma economia *Sang-Seng* de compartilhamento e cuidado;
- ✓ a noção taoísta de economia segundo a imagem da água, benéfica para todos, não competindo, constantemente fluindo, chegando ao espaço mais baixo sem risco de concentração excessiva ou escassez em qualquer lugar;
- ✓ sistema bancário islâmico, que lembra as igrejas cristãs da advertência bíblica contra a cobrança de juros injustos;
- ✓ a economia cristã de comunhão, do movimento Focolari.

Somos chamados à transformação, a optar pela vida de modo que nós e nossos descendentes possamos viver (Deuteronômio 30). Fazemos isto conduzidos pelo Espírito Santo, em fidelidade para com o Deus da vida, que mediante Jesus Cristo veio para que todos possam ter vida em toda a sua plenitude.

Para continuar a reflexão:

- ✓ Onde vemos nossos pontos fortes como igreja?
- ✓ De que maneiras a Bíblia nos inspira a mudar?
- ✓ De que formas nossas igrejas podem defender uma economia solidária baseada no *ágape*?
- ✓ Como podemos cooperar ecumenicamente como igrejas nessas questões?

16) Cf. Colloquium 2000, faith communities and social movements facing globalization [Colóquio 2000, comunidades de fé e movimentos sociais enfrentando a globalização], Ulrich Duchrow (ed.), WARC study document (documento de estudos da Aliança Mundial das Igrejas Reformadas), Genebra.

PARTE

6

Marcos ao longo da jornada ecumênica: textos, decisões e ações

6.1. Marcos, textos, decisões e ações da jornada ecumênica

Após a assembléia do CMI em Harare 1998, uma série de igrejas, comunhões, organizações ecumênicas regionais e a família ecumênica maior organizaram consultas, estudos e reflexões sobre a globalização em geral e sobre a globalização econômica em particular. Mulheres, jovens, Povos Indígenas e pessoas portadoras de deficiência analisaram o impacto da globalização sobre a sua vida. Os resultados, em termos de textos, decisões e ações, foram significativos para a transformação do sistema atual. As decisões tomadas nessas numerosas reuniões, derivadas das realidades e experiências cotidianas das igrejas e da família ecumênica maior, é que fornecem o espírito e a base para este documento de fundo.

6.2. Marcos ao longo da jornada ecumênica: textos e decisões

A assembléia do CMI em Harare em 1998 discutiu, entre outras questões, o impacto da globalização sobre as pessoas, comunidades e a Terra. A assembléia observou que “cada vez mais os cristãos e as igrejas se vêem confrontados com aspectos novos e profundamente desafiadores da globalização que muitíssimas pessoas estão enfrentando, especialmente os pobres”. Isto levou à pergunta: “Como viver a nossa fé no contexto da globalização?” Harare recomendou (*Together On the Way*, WCC 1999, p.183) que o desafio da globalização deveria ser uma ênfase central do trabalho do CMI, a se basear em muitos esforços significativos do passado.

“A visão que está por trás da globalização inclui uma visão que está a competir com o compromisso cristão com a *oikoumene*, a unidade da humanidade com toda a Terra habitada”, disse a assembléia, recomendando que “a lógica da globalização precisa ser desafiada por um modo de vida alternativo de comunidade em diversidade. Os cristãos e as igrejas deveriam refletir sobre o desafio da globalização desde uma perspectiva da fé, resistindo por isso à dominação unilateral da globalização econômica e cultural”.¹⁷

Em seu XXIII Concílio Geral em 1997 a Aliança Mundial das Igrejas Reformadas conclamou a um processo de comprometimento que incluísse reconhecimento, educação e confissão sobre a injustiça econômica e devastação ecológica. A assembléia do CMI atendeu a essa conclamação e encorajou suas pró-

prias igrejas-membro a acompanhar esse processo. Enfatizou-se também que o trabalho sobre a globalização deveria reforçar e construir em cima de iniciativas existentes empreendidas pelas igrejas, por grupos ecumênicos e movimentos sociais, apoiando sua cooperação, encorajando-os a tomar iniciativas e formar alianças com outros parceiros na sociedade civil que trabalhassem nas questões ligadas à globalização. Um dos desafios formulados foi a necessidade de crítica, de reações alternativas à atividade empresarial transnacional, à Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento, ao Fundo Monetário Internacional, ao Banco Mundial, à Organização Mundial do Comércio, à Organização Internacional do Trabalho, bem como aos acordos multilaterais que estes geram. As igrejas foram solicitadas a identificar o impacto prejudicial bem como o impacto positivo das políticas dessas organizações.

A política sobre globalização econômica adotada pelo Comitê Central do CMI em janeiro de 2001 em Potsdam

O Comitê Central do CMI, reunido na Alemanha em janeiro de 2001, aprovou uma política sobre globalização econômica que direcionou o CMI para a busca por alternativas à globalização econômica, com base em valores cristãos, nas seguintes três áreas:

- ✓ a transformação da atual economia de mercado global no sentido de abraçar a equidade e valores que reflitam os valores e o ensinamento de Cristo;
- ✓ desenvolvimento de comércio justo;
- ✓ a promoção de um sistema financeiro justo, isento de servidão da dívida, práticas corruptas e excessiva lucratividade especulativa. (Comitê de Referência Política II, Potsdam, 11.33,iii)

Dando seguimento a essas recomendações, organizaram-se em todo o mundo várias consultas eclesiais sobre globalização econômica.

Simpósio sobre globalização, Bangkok, novembro de 1999

O CMI, a Aliança Mundial das Igrejas Reformadas em conjunto com a Igreja de Cristo na Tailândia e a Conferência Cristã da Ásia organizaram um simpósio (12-19 de novembro de 1999) sobre as conseqüências da assim chamada crise asiática, ligada à globalização. Mulheres pobres residentes no centro de Bangkok, pescadores e agricultores deram depoimentos sobre os efeitos da crise sobre a sua vida. O simpósio publicou uma carta aberta dirigida às igrejas do hemisfério norte, solicitando que elas agissem em solidariedade com as igrejas no hemisfério sul, tratando do impacto da globalização econômica.

A equipe ecumênica na Cúpula Mundial das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social, Copenhaga +5 (ou Genebra 2000):

Em Genebra 2000 uma equipe ecumênica coordenada pelo CMI juntamente com a Federação Luterana Mundial

¹⁷ Vide *Together on the way, the WCC assembly report* [Juntos a caminho. Relatório assembléia do Conselho Mundial de Igrejas], WCC 1999 p. 183-184, e a ata do Comitê Central de janeiro de 2001.

(FLM) e composta por representantes de igrejas, ministérios especiais e movimentos sociais apresentaram uma declaração oral ao Comitê da Seção Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas (UNGA). A mensagem da equipe foi simples e clara: “A Hora É Agora” para que as pessoas, seus governos e as Nações Unidas resgatem a visão de Jubileu e avancem corajosamente em direção a ela. Foi uma visão da comunidade global, cuja interdependência não se reduz a comércio e mercados. De acordo com a declaração,

“Isto exige uma mudança do coração, a qual reconheça que o valor real não pode ser expresso em termos monetários, e que a vida em suas múltiplas formas não pode ser transformada numa mercadoria. A economia deve servir ao bem-estar das pessoas, e não as pessoas servir à economia”.¹⁸

Consulta de Budapeste sobre o impacto da globalização na Europa Central e no Leste Europeu, junho de 2001:

Esta consulta foi organizada pelo CMI e pela FLM em conjunto com a Conferência das Igrejas Europeias. Igrejas no Leste Europeu e na Europa Central, preocupadas com o aumento da pobreza e do desemprego na região, haviam lançado um olhar crítico sobre a globalização e constataram que esta teve um efeito destrutivo sobre a vida das pessoas. Elas viram que a globalização tinha levado de uma falta de mercados para uma situação na qual o próprio mundo é um mercado, uma mercadoria a ser desenvolvida de modo a dar lucro. Sua mensagem para o mundo – “Sirvam a Deus, não ao *mâmon*” – estava endereçada não só às igrejas na Europa Central e do Leste, mas também às igrejas ocidentais e do hemisfério sul.

Essa interligação das conferências eclesiais ao redor do mundo na questão da globalização é uma nova forma ecumênica de lidar com a globalização, a qual contribui para o processo *ÁGAPE*. Budapeste fez uma pergunta desafiadora: “Será que as igrejas terão a coragem de lutar contra os ‘valores’ de um modo de vida voltado para o lucro, como uma questão de fé, ou será que elas se retirarão para a esfera ‘privada’?”, sugerindo que “Esta é a questão que nossas igrejas precisam responder, a não ser que queiram perder sua própria alma.”¹⁹

“Solicitamos às igrejas que ajudem seus membros a redescobrir os tradicionais valores cristãos da moderação e ascetismo (estilo de vida simples) e a propagar esses valores em suas sociedades como uma forma de fazer frente ao individualismo e ao consumismo e como um fundamento alternativo para o desenvolvimento econômico e social” – estas são as palavras de Budapeste.

Conferência global sobre globalização econômica: A Ilha da Esperança, Fiji, agosto de 2001:

O CMI em conjunto com a Conferência das Igrejas do Pacífico organizou uma consulta sobre globalização econômica (12-16 de agosto de 2001) a fim de acompanhar os esforços das igrejas do Pacífico no sentido de encontrar alternativas para a globalização. Sua concepção, a Ilha da Esperança, sustenta valores centrados na vida, profundamente enraizados nas comunidades do Pacífico, como fonte viável para uma economia justa e sustentável e para uma vida em dignidade.

“Espiritualidade, vida familiar, economia tradicional, valores culturais, cuidado e respeito mútuos compõem a Ilha da Esperança, que prioriza relações, celebra a qualidade da vida e valoriza o ser humano e a Criação acima da produção de bens materiais. A Ilha da Esperança é uma alternativa para o projeto de globalização econômica que leva à dominação por meio de um sistema injusto...” “Em nossa Ilha da Esperança a vida é valorizada e celebrada nas práticas do *maneaba* (arquipélago de Kiribati), do *fale* (Samoa), na cerimônia *cava* (Fiji e Tonga), nas celebrações de *bilum* e *sam* (Papua Nova Guiné), e na celebração *nut* (Ilhas Salomão)... Esses símbolos e rituais são exemplos vivos do *ethos* da vida e das relações econômicas e sociais comunitárias; compartilhamento e cuidado; celebração da vida acima da riqueza material; propriedade comunitária das bases de recursos e elevados níveis de interação e solidariedade intracomunitária... As Igrejas do Pacífico consideram a ‘Ilha da Esperança’ uma expressão adequada do conceito global ecumênico do reino de Deus no contexto do Pacífico... Nossos melhores valores tradicionais são como sementes do reino de Deus que, como cristãos, podemos oferecer ao mundo.”²⁰ Uma consulta de jovens sobre a globalização econômica, a realizada pouco antes da conferência global, concluiu que “Nunca foi tão importante como agora que os jovens busquem alternativas para a atual dinâmica da globalização. É nosso futuro que está sendo ameaçado.”²¹

Igrejas na Europa Ocidental: economia a serviço da vida, junho de 2002, Soesterberg, Holanda

A consulta em Soesterberg (15-19 de junho de 2002) sobre “A economia a serviço da vida” foi convocada em conjunto pelo CMI, a Federação Luterana Mundial, a Aliança Mundial das Igrejas Reformadas e pela Conferência das Igrejas Europeias, tendo por anfitrião o Conselho de Igrejas da Holanda. A consulta analisou como a globalização e mais especificamente o dinheiro afetam as sociedades europeias, além das questões e desafios que isto representaria para as igrejas. A consulta elaborou uma resposta das igrejas europeias ocidentais às perguntas levantadas pelas igrejas no

18) Declaração oral apresentada em 26 de junho ao Comitê Conjunto da seção especial a assembléia geral da ONU sobre a implementação dos resultados da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social e outras iniciativas, Genebra, 2000. WCC dossier on globalizing alternatives to globalization [Dossiê do CMI sobre alternativas globalizantes à globalização], outubro de 2000, p. 41-42.

19) “Serve God, not mammon [Sirvam a Deus, não ao *mâmon*]”, mensagem da consulta conjunta sobre globalização na Europa Central e do Leste: reação às consequências ecológicas, econômicas e sociais, 24-28 de junho, 2001, Budapeste.

20) The Island of Hope: the Pacific churches’ response to economic globalization [A Ilha da Esperança: a resposta das igrejas do Pacífico à globalização econômica], WCC, 2001

21) Youth voices against globalization: Consultation statement [Vozes da juventude contra a globalização: Declaração da Consulta], 2001 em WCC dossier on The Island of Hope, 2001

hemisfério sul e no leste em consultas anteriores. A carta de Soesterberg dirigida às igrejas na Europa Ocidental contém uma crítica explícita à globalização econômica: “O evangelho promete vida em toda a sua plenitude para todas as pessoas e toda a Criação (João 10,10). Esta promessa foi encarnada em Jesus Cristo. Ninguém é excluído da economia de Deus para a vida. A comunidade cristã reflete esta visão em prol do mundo inteiro. Guiados por essa visão, buscamos uma economia a serviço da vida. O mercado e o dinheiro deveriam permitir a troca de bens a fim de satisfazer necessidades humanas e contribuir para a construção da comunidade humana. Hoje em dia, porém, presenciamos uma dominação cada vez maior da vida real por interesses financeiros e empresariais privados. A globalização econômica está sendo guiada por uma lógica que dá prioridade à acumulação do capital, à concorrência irrefreada e à garantia do lucro em mercados cada vez mais apertados. O poder político e militar é usado como instrumento para garantir acesso seguro a recursos e para proteger o investimento e o comércio.”²²

Ásia/África para além da globalização (o espírito de Bandung e uma nova ordem mundial), Bandung, Indonésia, junho de 2002

Esta conferência foi organizada pelo CMI, pela Conferência Cristã da Ásia (CCA-FMU) bem como por ONGs locais da Indonésia, tanto cristãs quanto muçulmanas (25-27 de junho de 2002). As principais questões abordadas nessa reunião foram “será que ainda há uma alternativa para fortalecer o espírito de resistência da gente que enfrenta a globalização? Será que as pessoas na Ásia e na África ainda têm o que chamamos de a visão geopolítica fora dos sonhos prometidos pelo livre mercado e pela globalização?”

O “espírito de Bandung” – tema de uma conferência de países que se encontravam sob o colonialismo, realizada em 1955 para discutir a libertação – foi evocado para capacitar países a que hoje se libertem da globalização empresarial. Em 2005 as igrejas na Ásia celebrarão o 50º aniversário de Bandung. Um comunicado emitido ao final da conferência de junho de 2002 reivindicou um mundo alternativo, pacífico e justo. Tal mundo, consta ali, está ao alcance se o povo e os governos cooperarem para um futuro da solidariedade a fim de superar as implicações da globalização.²³

Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI): consulta sobre economia na vida plena, Buenos Aires, abril de 2003

Para esta consulta organizada em conjunto pelo Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI) e o CMI, as igrejas latino-americanas produziram um documento intitulado “Buscando saídas... caminhando adiante. As igrejas evangélicas dizem: Basta!”. “Chegamos ao nosso limite: estamos fartos dessas injustiças” – declara o documento, continuando:

“O sistema econômico globalizado não é resposta para os males nas nossas sociedades. Oramos a Deus que ele nos inspire, apesar das nossas diferenças, para seguirmos juntos no caminho da justiça. As igrejas reconhecem que o movimento social contra a globalização do livre mercado está emergindo e ganhando força. Isto demonstra duas coisas: que se trata de um movimento social contra uma ordem que agrava a desigualdade, e que a negação da solidariedade continua a aumentar. Ele encontra sua principal expressão no Fórum Social Mundial. Em segundo lugar, uma abordagem da globalização econômica está sendo formulada como alternativa para a abordagem do livre mercado exclusivo. As igrejas são chamadas a trabalhar em prol de alternativas.”

Comunicado de uma consulta da FLM - AMIR [WARC] - CMI sobre eclesiologia e globalização econômica, em Cartigny, Suíça, dezembro de 2002

Teólogos e economistas discutiram pontos através dos quais as igrejas – ortodoxa, católica romana, anglicana, luterana e reformada – podem abordar a discussão sobre a globalização econômica, numa consulta de 11 a 14 de dezembro de 2002 em Cartigny, nas proximidades de Genebra.

“Discutimos como as noções de confissão, eucaristia, o habitar de Cristo em nós e a comunhão ajudam a reforçar a resistência e as alternativas para a lógica da globalização neoliberal. Procuramos especialmente descobrir como nossas respectivas abordagens e concepções são encaradas por outros, e ficamos empolgados ao descobrir como nossas diversas perspectivas podem se complementar mutuamente.”²⁴

Os teólogos se reuniram uma segunda vez e produziram um documento intitulado “Movidos pelo Espírito de Deus: a espiritualidade da resistência e alternativas”.

X Assembléia da FLM em Winnipeg, Canadá, julho de 2003

A assembléia da Federação Luterana Mundial (21-31 de julho de 2003) emitiu um documento intitulado “Chamado para participar na transformação da globalização econômica”, no qual os delegados se comprometeram a trabalhar em cima da globalização econômica do mundo. O documento pergunta pelas implicações da auto-compreensão da FLM enquanto comunhão de igrejas e enfatiza

“...com Martin Lutero que práticas econômicas solapadoras do bem-estar do próximo (especialmente do mais vulnerável) precisam ser rejeitadas e substituídas por alternativas. Lutero também alerta os pastores que eles têm a obrigação de desmascarar injustiças ocultas em práticas econômicas que exploram os vulneráveis. Reconhecemos

22) Relatório analítico: Economy in the service of life [Economia a serviço da vida], 15-19 de junho, CMI. As palestras estão disponíveis no site da Oikos www.stichtingioikos.nl

23) Africa-Asia: Beyond globalization: spirituality of common future [África-Ásia: superando a globalização: espiritualidade do futuro conjunto], Josef P. Wiyatmadja and A. Wati Longchar (eds.), CCA, Hongkong, 2002.

24) Comunicado da consulta da FLM-WARC [Aliança Mundial das Igrejas Reformadas]-CMI sobre eclesiologia e globalização econômica, 11-14 de dezembro de 2002, Cartigny, Suíça.

que esta visão de uma economia que atenda à vida precisará ser buscada ecumenicamente. Nós nos unimos ao Conselho Mundial de Igrejas, à Aliança Mundial das Igrejas Reformadas e outras famílias eclesiais num processo ecumênico contínuo que enfoca a questão sobre como a injustiça econômica e ecológica nos desafia como igrejas.”²⁵

Declaração de Accra: Pactuando pela justiça na economia e na Terra, concílio geral da WARC (Aliança Mundial das Igrejas Reformadas), agosto de 2004.

A Aliança Mundial das Igrejas Reformadas (30 de julho-13 de agosto de 2004) fez culminar seu *processus confessionis* de reconhecimento, educação e confissão sobre a globalização econômica em seu Concílio Geral em Accra, Ghana. Os delegados tiveram oportunidade de conhecer as masmorras dos escravos em Elmina e Cape Coast, onde milhões de africanos foram vendidos como escravos. Em parceria com o CMI, a FLM e organizações ecumênicas regionais, a WARC organizou vários encontros sobre globalização econômica, os quais produziram a vigorosa declaração de Accra.²⁶ Este documento é um forte posicionamento sobre a globalização econômica e sobre o compromisso de transformar o sistema:

“Rejeitamos a atual ordem econômica mundial imposta pelo capitalismo neoliberal global bem como qualquer outro sistema econômico, inclusive economias de planejamento absoluto, que contestem a aliança de Deus negando aos pobres, aos vulneráveis e a toda a Criação o acesso à plenitude da vida. Rejeitamos qualquer pretensão de império econômico, político e militar que subverta a soberania de Deus sobre a vida e atue contra o justo mundo de Deus.”

Após a crítica da globalização econômica os delegados ressaltaram a necessidade de fazer uma aliança ou pacto de justiça com Deus:

“Nesta jornada conjunta algumas igrejas já expressaram seu compromisso numa confissão de fé. Insistimos com elas que continuem a traduzir essa confissão em ações concretas em níveis regional e local. Outras igrejas já começaram a se engajar nesse processo, inclusive empreendendo iniciativas, e insistimos com elas que continuem se engajando mediante educação, confissão e ação. Às outras igrejas, que ainda estão em processo de reconhecimento, instamos que, com base em nossa mútua responsabilidade pactuada, aprofundem sua educação e avancem para a confissão.”

A declaração de Accra continuará sendo um desafio muito crítico para as igrejas nos anos que virão.

Encontros entre o CMI, o Banco Mundial e o FMI 2002-2003

Seguindo uma solicitação das instituições de Bretton Woods, três encontros externos com essas instituições e um

encontro interno com igrejas e ministérios especializados foram organizados em 2002 e 2003. A solicitação veio em resposta a um documento de base do CMI intitulado “Não nos deixes cair em tentação: resposta das igrejas às políticas das instituições financeiras internacionais.” Durante os encontros o CMI enfatizou que a erradicação da pobreza somente pode ser alcançada enfrentando-se a injustiça e a desigualdade, cujas raízes estão na atual ordem econômica injusta.

Um documento final sobre “Pontos de consenso e diferenças” e uma declaração conjunta emitida num encontro de alto nível em novembro de 2003 com o presidente do Banco Mundial e o vice-diretor gerente do FMI indicam que o Banco Mundial/FMI não abandonarão o conceito de crescimento como panacéia para aliviar a pobreza. Eles alegam que seu mandato não é o de promover direitos humanos – isto seria tarefa da ONU. Eles acreditam que seu trabalho contribui para os direitos humanos na esfera do desenvolvimento econômico e das políticas sociais afins, assim complementando o trabalho das Nações Unidas. Eles continuam sustentando que o crescimento e os mercados hão de reduzir a pobreza.

A fim de tratar do impacto específico das políticas de Bretton Woods nas bases, quatro estudos de caso serão levados a cabo como fundamento para trabalhos posteriores. É imperativo continuar pressionando essas instituições financeiras internacionais, que são os principais agentes do projeto de globalização econômica.

6.3 O estudo do CMI/APRODEV sobre cristianismo, riqueza e pobreza: os resultados do ‘Projeto 21’, 2003:

Agências ligadas ao APRODEV-CMI na Europa e o CMI têm-se dedicado a um estudo sobre “Pobreza e riqueza”, com base em estudos de caso em 24 países. Ali se conclui que:

“A pobreza continua sendo uma realidade global de grande monta. Ela tem muitas dimensões – materiais, sociais e psicológicas –, além de numerosos efeitos colaterais. Ela se caracteriza sobretudo pela falta de renda e poder. Riqueza é o inverso da pobreza e constitui um problema de igual gravidade, a não ser que, e até que, ela seja compartilhada por todos e se baseie em valores morais, sociais e espirituais.”²⁷

Nesse estudo é feita a observação de que:

“Riqueza excessiva contraria os ensinamentos do evangelho. Ela não pode ser separada da pobreza. As duas têm causas comuns e características inter-relacionadas: a capacidade do rico ganhar o sustento, por exemplo, é a incapacidade do pobre; o ponto forte do rico é o ponto fraco do pobre. Pior ainda, riqueza excessiva é, por si mesma, a causa da pobreza. O impulso de gerar uma abundância de bens cada vez maior e ficar rico não beneficia da mesma forma os

25) For the healing of the world: official report, LWF tenth assembly [Para a cura do mundo: relatório oficial, 10ª assembléia geral da FLM]. Lutheran World Federation, Winnipeg, Canada, 21-32 July 2003, p.61.

26) Ver documento GC 23-e Covenanting for justice in the economy and the earth, as agreed by the general council [Pactuando pela justiça na economia e na Terra, conforme acordado pelo Conselho Geral], July 30-August 13, 2004.

27) Michael Taylor, Christianity, poverty and wealth: the findings [Cristianismo, pobreza e riqueza: as conclusões], ‘Project 21’, WCC Publications, Geneva 2003, p.1.

pobres e os ricos. Ele não acaba com a pobreza, e sim, muitas vezes, a agrava. E ao se voltar a atenção somente para a pobreza, ela é desviada dos ricos. Quando muito, estes são vistos como possível fonte para a solução da pobreza. Eles não são vistos como parte considerável do problema.”

Uma cultura na qual a ganância e a acumulação sem fim de posses materiais são consideradas normais e legítimas precisa ser desconstruída por valores alternativos como a moderação, simplicidade, um senso de proporcionalidade, justiça, generosidade, voluntariado (uma “cultura da doação”), holismo e maior discernimento sobre “meios” e “fins”. Levantaram-se questões importantes:

- ✓ Será que riqueza excessiva pode ser definida de forma tão concreta como às vezes definimos pobreza?
- ✓ Será que existe uma linha de riqueza que ninguém deveria ultrapassar, assim como existe uma linha de pobreza abaixo da qual não se deveria deixar ninguém cair?
- ✓ Será que podemos falar de “riqueza relativa” da forma como falamos de “pobreza relativa”, assim enfocando mais uma vez disparidades inaceitáveis no seio das nações e das comunidades, sejam elas ricas ou pobres, assim como entre elas?
- ✓ Quais poderiam ser os indicadores de riqueza excessiva a serem colocados lado a lado com indicadores de pobreza, como renda per capita, ou taxas de mortalidade infantil, de modo que governos e instituições internacionais fossem incentivados a monitorar e relatar sobre ambos?

As propostas apresentadas incluíram as “Metas do milênio para 2015 para as igrejas – chamado à ação”. Algumas igrejas como a Igreja Evangélica em Hessen e Nassau tomaram este estudo, adaptaram-no e prepararam o estudo para a situação alemã (vide www.woek.de “Reichtum und Armut”).

Vozes das mulheres sobre globalização alternativa abordando o planeta e a ecumene, agosto de 2004

A consulta, que reuniu mais de 35 mulheres ligadas a igrejas, economistas feministas e ativistas do hemisfério sul, teve por objetivo criar um espaço para as mulheres contribuírem e avaliarem suas iniciativas na contínua busca por alternativas à globalização, assim garantindo que as perspectivas das mulheres sejam levadas em consideração na mensagem ÁGAPE dirigida à assembléia do CMI em 2006 em Porto Alegre. A consulta elaborou um “Chamado para reflexão e ação transformadora” dirigido às igrejas em todo o mundo, sugerindo uma visão em prol de uma economia global mais justa, sustentável e cuidadora. O Chamado também elaborou um compromisso para mulheres das igrejas em parceria com economistas feministas e organizações de mulheres no sentido de continuar a monitorar o comércio e as políticas financeiras, de estudar meticulosamente seus impactos nas bases, e de formarem redes, mobilizarem-se e defender sistemas econômicos, instituições e políticas econômicas que antes de mais nada apoiem e sustentem a natureza sagrada da vida e de toda a Criação.

Consulta das igrejas norte-americanas sobre comércio justo: Stony Point, janeiro de 2004.

“O que Deus exige de nós?” foi o que igrejas na América do Norte se perguntaram nesta consulta. Como resultado da

reunião, uma declaração em favor do comércio justo a serviço de uma economia da vida diz: “Trabalhamos em prol do comércio justo porque a justiça é de Deus. A justiça de Deus cria e mantém as condições de vida. ... O que Deus exige de nós? Proceda de forma justa, ame com carinho e caminhe humildemente com seu Deus.” “A economia de Deus é uma economia da vida que promove o compartilhamento, a solidariedade globalizante, a dignidade das pessoas, o perdão bem como amor e cuidado pela integridade da Criação”, continua. “Cremos e ensinamos que Deus mantém e oferece abundância, para todos, dos frutos da economia gratuita de Deus (*oikonomia tou theou*).” Diante da constatação de que o comércio e os tratados de investimento operam de forma injusta contra os pobres e recompensam os que já são ricos, as igrejas no México, Canadá e Estados Unidos declararam seu compromisso com os princípios e as políticas em favor do comércio justo e leal.

Consulta ecumênica pan-africana sobre o NEPAD, março de 2003

Esta foi uma oportunidade para as igrejas africanas e organizações ecumênicas discutirem o impacto da globalização na África e as soluções oferecidas pela Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD). O tema da consulta foi “Eis que criarei algo novo”. “Amados, somos chamados a renovar nosso compromisso de transformar nossas instituições sociais e políticas, reafirmar valores africanos e assegurar que todo o povo da África tenha vida abundante,” disse a consulta. Os participantes reconheceram a NEPAD como uma visão e referência objetivando uma nova África, porque procura erradicar a pobreza, promover a democracia e o bom governo; e ao final da consulta eles elaboraram um plano de ação. Todavia, eles estiveram também conscientes da necessidade de monitorar o desenvolvimento da NEPAD, para evitar sua cooptação pelas forças neo-liberais.

Código de princípios morais e regras para a atividade econômica, adotado pelo VIII Concílio Mundial do Povo Russo, Moscou, 4 de fevereiro de 2004.

Em seus esforços de dar orientação para a comunidade de negócios na Rússia e de enfrentar o problema do “capitalismo



de comparsas” [*crony capitalism*] a Igreja Ortodoxa Russa elaborou um “código de princípios morais e regras para a atividade econômica”.²⁸

O código foi oferecido para adoção voluntária por líderes de empresas e estruturas comerciais, homens de negócio e suas comunidades, trabalhadores, sindicatos e todos os demais participantes dos processos econômicos, inclusive órgãos estatais e associações públicas envolvidas na atividade econômica.²⁹

6.4 Ações

Esta última seção apresenta um grande leque de ações empreendidas e declarações feitas por igrejas em diferentes lugares. O processo ÁGAPE desafia todas as igrejas a considerar essas ações e proceder de forma contextual apropriada.

6.4.1 Empregos decentes, trabalho emancipado e sustento das pessoas

- ✓ Igrejas, congregações e organizações de serviço são chamadas a alinhar suas estruturas de gestão econômica e investimento com os princípios de uma economia ÁGAPE.
- ✓ As igrejas são encorajadas a fazer alianças com movimentos sociais e sindicatos que defendem empregos decentes e salários justos.
- ✓ Apoiar ativamente programas que encorajem processos de orçamento participativo, onde as pessoas se tornam sujeitos de sua própria alocação de recursos para o desenvolvimento próprio.
- ✓ Apoiar o financiamento ético alternativo de pequenos empresários, agricultores, Povos Indígenas, mulheres, jovens e pessoas portadoras de deficiência.
- ✓ Apoiar e desenvolver economias de solidariedade aprendendo com iniciativas e redes de economia solidária, políticas públicas que promovam economia solidária, economia da comunhão, a prática do movimento dos Focolares, continuar o desenvolvimento das diretrizes El Escorial para repartir recursos, bem como a iniciativa da Igreja Ortodoxa Russa de desenvolver um código de princípios morais e regras para a atividade econômica.
- ✓ As igrejas são encorajadas a se engajar em esforços de organizações ecumênicas regionais e comunhões mundiais para desenvolver economias alternativas, como os esforços das igrejas do Pacífico em torno do conceito de “Ilha da Esperança”.
- ✓ Incentivar as igrejas a se engajar em cooperação inter-religiosa na busca e no trabalho por alternativas como a “economia do suficiente”, como desafio às economias da ganância e competição/concorrência.
- ✓ Apoiar iniciativas que promovam serviços sociais adequados e acesso à assistência médica em particular na luta contra o HIV/AIDS.
- ✓ Encorajar as igrejas a preconizar educação para todos, especialmente mulheres e jovens.

6.4.2 Comércio

- ✓ As igrejas precisam defender a mudança de comércio soli-

dário (*fair trade*) para o comércio justo.

- ✓ As igrejas deveriam estabelecer, no mínimo, a prática de usar produtos do comércio solidário.
- ✓ Em nível global, as igrejas deveriam juntar-se à campanha de comércio para o bem do povo.
- ✓ As igrejas deveriam contribuir para a renegociação de direitos em acordos de comércio multilateral e deveriam colaborar estreitamente com os movimentos sociais para tornar justos, equitativos e democráticos esses acordos.

6.4.3 Finanças

- ✓ As igrejas e comunidades deveriam usar o dinheiro e gerenciar suas finanças de acordo com padrões bíblicos. Isto incluiria investimento exclusivamente em empresas que observem a justiça social e ecológica, e em bancos alternativos que não cobrem juros mais elevados do que o real crescimento da economia, que não pratiquem especulação, e não ajudar donos do dinheiro a contornar impostos. Também conclamamos o CMI a desenvolver um código ecumênico sobre essas questões.
- ✓ Igrejas e ministérios especializados deveriam reafirmar seu compromisso com a campanha pelo cancelamento da dívida e pelo controle e regulação dos mercados financeiros globais.

As igrejas e congregações deveriam

- ✓ trabalhar junto a sistemas financeiros globais que liguem financiamentos com o desenvolvimento;
- ✓ quebrar a hegemonia das instituições financeiras internacionais e empresas transnacionais conclamando os governos nacionais a regular as empresas transnacionais e atribuir um papel mais ativo a órgãos multilaterais transformados;
- ✓ abrir espaço para que comunidades e governos exerçam controle democrático sobre questões financeiras críticas que afetem a vida das pessoas; aí se inclui a auditoria de dívidas financeiras como forma de identificar dívidas ilegítimas e odiosas;
- ✓ preconizar a reversão do fluxo de riqueza financeira e ecológica do hemisfério sul para o norte mediante cancelamento de dívidas ilegítimas e dedicando 0,7% do Produto Interno Bruto dos países industrializados para a Assistência Oficial para o Desenvolvimento, não como ato de caridade, mas como restituição de exploração passada; bem como
- ✓ buscar a compensação pelas injustiças tais como dívidas ilegítimas e condições desleais de comércio, para retenção de capital com fins de erradicação da pobreza e desenvolvimento.

6.4.4 Ecologia

As igrejas e congregações deveriam

- ✓ zelar pela rede da vida e pela rica biodiversidade da Criação;
- ✓ engajar-se pela mudança de padrões insustentáveis e injustos de extração de jazidas e de uso dos recursos naturais, particularmente levando em consideração os Povos Indígenas, suas terras e suas comunidades;

²⁸ Texto em http://www.mospat.ru/text/e_news/id/6682.html.

²⁹ *ibid.*

- ✓ apoiar movimentos, grupos e iniciativas internacionais que defendem recursos comuns vitais da privatização, como água e biodiversidade;
- ✓ defender a eficiência no uso de recursos e energia bem como uma mudança da produção de energia com base em combustível fóssil para energias renováveis; isto implica que as próprias igrejas adotem políticas adequadas;
- ✓ encorajar o engajamento público na redução das emissões de gases estufa de modo a ultrapassar as metas da UNFCCC [Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas], e trabalhar com as igrejas na adoção de políticas e programas em favor de povos afetados pela elevação do nível oceânico;
- ✓ fortalecer o movimento de ecojustiça que envolve a família ecumênica mais ampla.
- ✓ as igrejas nas sociedades ricas e afluentes deveriam trabalhar visando o consumo sustentável e padrões de produção sustentáveis adotando a moderação e simplicidade nos estilos de vida e a resistência aos padrões dominantes de consumismo.

6.4.5 Bens e serviços públicos

As igrejas deveriam

- ✓ unir-se à luta global contra a privatização de bens e serviços públicos; bem como
- ✓ defender ativamente os direitos dos países e do povo de definir e administrar seu próprio desenvolvimento.

6.4.6 Agricultura para a vida

As igrejas e comunidades eclesiais deveriam

- ✓ assegurar o uso da terra pertencente à igreja para a agricultura que visa a vida;
- ✓ criar e promover um fórum ecumênico de agricultura para a vida;
- ✓ fazer oposição ao Acordo sobre Aspectos de Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS) e ao patenteamento de sementes e formas de vida;
- ✓ assegurar a soberania alimentar;
- ✓ opor-se à produção de transgênicos; e
- ✓ fomentar a agricultura orgânica e unir-se a movimentos de resistência contra o agronegócio .

6.4.7 As igrejas e o poder do império

- ✓ As igrejas são encorajadas a analisar a convergência dos poderes imperiais e sua hegemonia militar e dominação econômica.
- ✓ As igrejas são conclamadas a refletir sobre a questão do poder e do império desde uma ótica bíblica e teológica e tomar uma clara posição de fé sobre as potências hegemônicas.
- ✓ As igrejas são encorajadas a apoiar iniciativas globais no sentido de transformar órgãos multilaterais como as Nações Unidas para que façam face às verdadeiras necessidades dos povos do mundo, visando a paz e a justiça.
- ✓ As igrejas são solicitadas a apoiar iniciativas das igrejas em sua reflexão sobre as potências hegemônicas, como por exemplo os esforços das igrejas européias referentes ao acordo para uma constituição européia, e o debate das igrejas estadunidenses sobre o império.

Conclusão

Portanto tomemos uma decisão clara em conjunto como igrejas, escolhendo entre Deus e mamon, e optando por uma economia da vida:

- ✓ Afirmamos que a Terra e tudo que ela contém são dádivas de Deus, concedidas por amor e cuidado por todos os seres criados – vivos e não-vivos.
- ✓ Reconhecemos a interdependência entre Criação e sociedade humana, e que o uso sustentável ou abuso excessivo dessa relação promoverá ou destruirá nosso convívio nessa interdependência.
- ✓ Afirmamos nossa esperança de que uma economia global justa construída em cima de alternativas criativas de pessoas em todo o mundo não só é possível, mas que ela já existe em comunidades baseadas no compartilhamento comunitário e na distribuição de recursos. Ali, em pequenos bolsões, percebemos a ausência da busca egoísta pela riqueza. O amor e a justiça de Deus chamam a igreja para a sua verdadeira vocação, de acompanhar em todas as regiões essas pequenas iniciativas que buscam alternativas justas. Com essas iniciativas locais a igreja pode não só aprender, mas inclusive tirar conclusões para a busca por alternativas globais.
- ✓ Reconhecemos que esse processo de transformação exige que nós como igrejas assumamos responsabilidade de prestar contas às vítimas do projeto da globalização neoliberal. Suas vozes e experiências precisam determinar a forma como nós enxergamos e julgamos esse projeto à luz do evangelho. Isto implica que nós como igrejas de diferentes regiões também prestemos contas umas às outras, e que aqueles e aquelas entre nós que estamos mais perto dos centros de poder vivamos nossa primeira lealdade para com nossas irmãs e nossos irmãos que sofrem e são oprimidos.



